



Anabela Antão Lameiras

**Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais:
o caso do desemprego. Ensaio metodológico**

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pelo Doutor João Luís Fernandes apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Desterritorialização e reorganização das
geografias Pessoais: o caso do desemprego.
Ensaio metodológico.

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico.
Autor	Anabela Antão Lameiras
Orientador	João Luís Jesus Fernandes
Júri	Presidente: Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás Vogais: 1. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes 2. Doutor João Luís Jesus Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia Humana
Área científica	Geografia Humana
Especialidade	Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Data da defesa	16-10-2013
Classificação	16 Valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“ (...) A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”

(HAESBAERT, 2004: p.138).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por todo o apoio que me deram ao longo deste percurso.

Ao meu orientador, Professor João Luís Fernandes por toda a disponibilidade, pela força e motivação que sempre me transmitiu.

Ao CECOA por me terem recebido, em especial, à Dra. Célia, Dra. Paula Bugalho e Dra. Vera.

Aos melhores amigos pelo apoio, paciência e carinho.

A todos os Professores do Departamento de Geografia pelos seus ensinamentos.

A todos, um muito obrigado!

RESUMO

A desterritorialização e a reorganização das geografias pessoais, o caso particular do desemprego, são uma problemática pertinente, atual e com dimensões geográficas.

Entre os vários fatores de desterritorialização quer sejam de causa natural, como as cheias, os sismos, os incêndios, ou de causa humana, a guerra, as crises económicas, o desemprego, conforme será analisado neste estudo, a construção de infraestruturas, barragens e vias de comunicação, são alguns dos riscos que podem provocar a reorganização das territorialidades.

Como tal, estas dinâmicas podem originar contextos individuais ou coletivos de vulnerabilidade, que correspondem a um encolhimento espacial, o qual Rogério Haesbaert (2004) define como desterritorialização.

Assim, espera-se que o processo evolua de forma positiva e se recomponha, para que novos territórios sejam construídos em prol dos perdidos, dando origem a outro processo que Rogério Haesbaert (2004) designa de reterritorialização.

Naturalmente, este pode não ocorrer de forma positiva, podendo originar problemas tais como, a pobreza e a exclusão social, ou seja, o ciclo de desterritorialização/reterritorialização não é concluído.

Esta investigação é dedicada, sobretudo ao caso do desemprego, pelo facto deste ser um elemento que provoca alterações nas geografias pessoais, que abrange uma grande parte da população, além de ser uma das grandes preocupações da sociedade atual.

Na verdade esta reterritorialização não é, de todo, fácil e muito menos será completa.

Para o efeito, foram realizadas entrevistas com pessoas desempregadas, onde foram analisados os percursos do ponto de vista territorial de cada um. As respostas encontradas revelam uma mobilidade espacial de curta distância, alteração nas territorialidades e nas geografias pessoais.

Palavras-chave: Desterritorialização, Reterritorialização e Desemprego

ABSTRACT

The deterritorialization and the reorganization of personal geographies, particularly the case of unemployment, are pertinent current issues with a geographical impact.

This study analyses amongst the various factors of deterritorialization by natural causes such as floods, earthquakes, fires or human causes such as wars, economic crises and unemployment. It analyses also the construction of infrastructures; dams and communication routes as these are some of the risks that could lead to the reorganisation of the territorialities.

As such, these dynamics can originate individual or group vulnerability contexts, which correspond to a spatial shrinkage, which Rogério Haesbaert (2004) defines as deterritorialization.

Thus, it is expected that the process develops in a positive manner and is recomposed so that new territories are constructed to replace the ones lost, resulting in another process which Rogério Haesbaert (2004) designates as reterritorialisation.

Naturally, this may not be a positive occurrence and may result in problems such as poverty and social exclusion, that is, the cycle of deterritorialization/reterritorialisation is not completed.

This research study, mainly the case of unemployment, besides being one of the greatest concerns of the current society, is an issue that results in changes to personal geographies, affecting a large section of the population. In fact this reterritorialisation is not at all easy and even more difficult to complete.

For this effect, interviews were conducted with unemployed persons, and their routes from a territorial viewpoint were analysed. The answers revealed a short distance spatial mobility and changes in their territorialities and personal geographies.

Keywords: Deterritorialization, Reterritorialisation and Unemployment

ÍNDICE GERAL

Índice de Figuras.....	-2-
Introdução	-3-
Metodologia	-5-

PARTE I – CONCEITOS E ENQUADRAMENTO

1.O conceito de desterritorialização no contexto da instabilidade do sistema socioeconómico e alterações nas territorialidades	-7-
1.1. O conceito de desterritorialização	-7-
1.2. Fatores de desterritorialização	-9-
2. O conceito de desemprego.....	-14-
2.1. O desemprego: causas e consequências	-16-
3. População e Desemprego em Portugal	-19-
3.1. A estatística do desemprego	- 19-

PARTE II – A VIVÊNCIA E A TERRITORIALIDADE DO DESEMPREGO: TESTEMUNHOS PESSOAIS

1. Problemática de investigação	-25-
1.1. Pesquisa empírica	-25-
2. Mudanças provocadas pelo desemprego na vida das pessoas	-28-
2.1. Residência	-28-
2.2. As rotinas diárias	-39-
2.3. As Férias	-42-
2.4. O quotidiano dos desempregados	-46-
3. Desemprego e estratégias de desterritorialização versus reterritorialização	-49-
Considerações finais	- 52-
Bibliografia	-53-

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da taxa de desemprego de 2000 até 2012.....	- 20 -
Figura 2: Taxa de desemprego por NUTS II (2012).	- 21 -
Figura 3: Taxa de desemprego por grupo etário.....	- 21 -
Figura 4: Taxa de desemprego segundo o nível de escolaridade, 2012.	- 22 -
Figura 5: Taxa de desemprego na União Europeia.....	- 23 -
Figura 6: Residência do Marco antes e após ter ficado desempregado.	- 29 -
Figura 7: Bairro de Santa Apolónia (Coimbra).	- 30 -
Figura 8: Residência do Rui antes e após ter ficado desempregado.....	- 31 -
Figura 9: Mudança de residência do João.	- 32 -
Figura 10: Bairro do Ingote (esquerda) e Bairro da Rosa (direita).....	- 33 -
Figura 11: Localização do bairro do Ingote e Bairro da Rosa.....	- 34 -
Figura 12: Mudança de residência da Vera.	- 35 -
Figura 13: Mudança de residência da Maria.	- 36 -
Figura 14: Mudança de residência da Ana.	- 37 -
Figura 15: Residência dos entrevistados antes do desemprego.....	- 38 -
Figura 16: Morada do Grupo de entrevistados após o desemprego.	- 39 -
Figura 17: Férias habituais antes de ficarem desempregados.	- 44 -
Figura 18: CECOA, Av. Fernão de Magalhães, Coimbra.	- 47 -
Figura da capa (adaptada da imagem do monumento dos emigrantes, Laúndos - Póvoa de Varzim).	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação tem como título “Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico”.

Trata-se de um estudo aliciante, sobretudo por ter sido um grande desafio pessoal, diria mesmo um ato de coragem, além de ter possibilitado o contato com uma realidade escondida e envergonhada, que passa despercebida mas que marca a atualidade.

O conceito de desterritorialização é uma problemática atual, estuda e analisa além de outros, os efeitos das crises sociais e económicas, que contêm sempre, uma componente espacial.

A escolha do tema foi sobretudo porque estes conceitos sempre me despertaram interesse e a componente desemprego foi escolhida por ser um dos elementos mais marcantes da sociedade contemporânea.

A desterritorialização é um processo que, de forma constante, se cruza no quotidiano com todos nós e a ele está implícito, (ou prevê-se que esteja) o processo de reterritorialização. No entanto, para que este seja concluído, é necessário criar condições para que se estabeleça uma relação topofílica com o novo território.

Neste âmbito, pretende-se demonstrar de que forma o desemprego altera as territorialidades e reorganiza as geografias pessoais, tentar perceber o que muda na vida das pessoas, após a situação de desemprego, pois este surge como um fator que faz parte do dia-a-dia de muitos portugueses, ou seja, todas as transformações económicas e políticas têm uma componente espacial e territorial.

Este trabalho de investigação é dividido em duas partes. A primeira, de carácter mais teórico, refere-se aos conceitos e enquadramento do tema e subdivide-se em dois pontos: o primeiro aborda o conceito de desterritorialização no contexto da instabilidade do sistema socioeconómico e alterações nas territorialidades e o segundo mostra alguns dados estatísticos sobre a população e o desemprego em Portugal.

A segunda parte da tese refere-se à vivência e à territorialidade do desemprego com a apresentação de alguns testemunhos pessoais. Neste ponto, com base no apoio de entrevistas foram cartografados os percursos de vida moldados pelo desemprego dos indivíduos. Embora os elementos que constituem este grupo de entrevistados tenham sido selecionados através de uma amostra não probabilística, os dados apresentados não

pretendem ser proporcionais ou representativos do universo constituído pelos desempregados reconhecidos em Portugal.

Ainda de referir que uma das maiores dificuldades sentidas na realização desta tese foi sem dúvida, o facto de encontrar pessoas disponíveis para colaborarem nesta investigação. Não foi nada fácil, pois este é um tema que “mexe” com o estatuto que cada um tem na sociedade, “é o elo de ligação do indivíduo com a realidade, o meio que lhe confere uma identidade de pertença (Rodrigues & Rodrigues, 1987, p, 123).

É por assim dizer um elemento fundamental, tanto na identidade como na organização pessoal das pessoas.

Apesar de todas as dificuldades sentidas, foi possível, com todo o empenho, desenvolver esta tese que, no seu todo, se traduz num ensaio metodológico que demonstra a validade destas preocupações teóricas, a dimensão territorial destes problemas, assim como a utilidade da geografia para o estudo desta questão atual.

METODOLOGIA

Este trabalho de investigação teve início com a pesquisa bibliográfica sobre as temáticas abordadas, prosseguiu com a recolha e tratamento de informação oficial estatística, ao nível da população desempregada em Portugal. Os dados estatísticos têm origem no Instituto Nacional de Estatística e no Eurostat.

Adicionalmente, realizaram-se entrevistas com o objetivo de recolher o testemunho de alguns indivíduos, como forma de contactar com a realidade desenhada pelo grande problema da atualidade, o desemprego.

As entrevistas realizaram-se de modo presencial, orientadas por um guião, centradas em situações objetivas vividas pelos desempregados. Pretendia-se perceber e explorar de que forma o desemprego altera e reorganiza as territorialidades das pessoas.

O trabalho de campo desenvolveu-se durante o mês de Março e Abril de 2013, através da realização de entrevistas feitas com os desempregados, no CECOA (Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins).

O nosso objetivo foi sempre clarificado, bem como os pressupostos éticos que enquadram o presente estudo, e sobretudo, os indivíduos a entrevistar, dos quais: a participação voluntária, a autorização da utilização da informação obtida neste trabalho de investigação e a confidencialidade da identificação dos entrevistados e de determinadas informações.

Foram cartografados em ambiente SIG alguns percursos do ponto de vista territorial dos desempregados.

É importante referir que nos deparámos com muita renitência por parte das pessoas na colaboração da presente investigação, pois é entendimento geral que este é um problema que esconde a vergonha, o medo e a própria imagem de uma vida que não se quer mostrar e expor a ninguém.

É fundamental mencionar ainda que este trabalho é um ensaio metodológico, pois o objetivo é questionar as novas formas de reorganização das territorialidades pessoais, perante uma situação de desemprego.

PARTE I – CONCEITOS E ENQUADRAMENTO

1. O CONCEITO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA INSTABILIDADE DO SISTEMA SOCIOECONÓMICO E ALTERAÇÕES NAS TERRITORIALIDADES

1.1. O CONCEITO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

“ O Território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. (...) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou, seja energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (RAFFESTIN (1993,p,143).

O homem precisa de se territorializar, de ter um espaço, de se identificar com ele. É também com base neste espaço que o ser humano define a sua identidade.

Referir o conceito de desterritorialização obriga a mencionar autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, ambos filósofos de origem francesa, pelo importante contributo da sua obra para a Geografia, através deste conceito.”Construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (cit. in HAESBAERT, 2004, p 99).

A desterritorialização é assim definida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos, a bens (HAESBAERT, 2004).

“A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respetivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (FERNANDES, 2008).

Desta forma, considera-se que a desterritorialização é uma quebra do vínculo que une cada indivíduo ao seu território. Caracteriza-se assim, por ser uma ameaça, uma fratura, uma quebra na topofilia (TUAN, 1980). As territorialidades são um barómetro da vida social e económica de cada um.

Este processo é resultado de um conjunto de fatores que estão associados a problemas de desigualdades, insegurança, e hoje, mais ainda, associado a crises sociais e económicas.

Segundo Haesbaert (2004), os processos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço) e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e consequente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e económica.

Rogério Haesbaert (2004) faz ainda uma distinção entre processos de desterritorialização *ex situ* e desterritorialização *in situ*. Assim, a desterritorialização *ex situ* ocorre quando é consequência de uma deslocação dos indivíduos. A desterritorialização *in situ* ocorre sem haver necessidade de os indivíduos abandonarem os seus referenciais de localização, ou seja, não deixam o seu território mas o acesso fica limitado, condicionado.

Desta forma, para a Geografia (FERNANDES, 2008 p.5), “a desterritorialização será um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de “privação de território”, perda de controlo e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares económicos e simbólicos, aos recursos, à habitação a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo”.

No entanto, ao processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização, ou seja, são ciclos que nem sempre se concluem.

Segundo Haesbaert (2001,p.144), “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros”. A desterritorialização é o movimento do abandono do território, enquanto a reterritorialização é o movimento de construção do mesmo. São movimentos simultâneos e indissociáveis.

Sendo o homem um ser eminentemente social e sociável, este necessita de se adaptar às novas circunstâncias, aos novos territórios.

De certo que este processo muitas vezes não ocorre da forma mais positiva, e surge como causa e efeito de problemas como a pobreza e exclusão social, ou seja, o indivíduo não consegue inserir-se na sociedade.

Assim podem surgir os aglomerados de exclusão. Segundo Haesbaert (2004), são uma espécie de “amontoados” humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão. Como principais características dos aglomerados de exclusão, podem ser apontadas, a instabilidade e/ou insegurança sócio espacial; a fragilidade das relações entre os grupos sociais e destes com o seu espaço (não só por relações funcionais, mas também relações simbólicas) e a mobilidade sem direção definida ou também a imobilidade sem controlo do espaço. Os aglomerados de exclusão traduzem assim, a dimensão geográfica ou espacial de processos mais extremos de exclusão social porque estamos perante as populações com territorialidades precárias e muito vulneráveis (HAESBAERT, 2004: p.313).

Noutras situações, este processo pode ser mais ou menos demorado, consoante a capacidade que cada indivíduo tem em adaptar-se a novas realidades, isto é, com maior capacidade de resiliência e menos vulnerabilidade de cada um.

Uma das grandes problemáticas de hoje é o binómio territorialização e reterritorialização. Sabemos que o processo de globalização não apenas “desterritorializa, mas também territorializa” (SANTOS, 2001).

Assim poderão ser colocadas questões como: será que o processo de desterritorialização é simples e rápido? Será que ocorre sempre de forma completa? A reterritorialização está sempre garantida?

Certamente que, por vezes, não serão processos fáceis de aceitar, de reestruturar e reorganizar, pelo que não se torna menos importante, refletir também nos fatores que podem desencadear este tipo de situações.

1.2. FATORES DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

O processo de desterritorialização pode ser desencadeado por vários fatores, como causas naturais e humanas, pode ser forçado, involuntário ou voluntário. Entre as causas humanas podemos enumerar, designadamente, a guerra, as crises políticas, económicas, o

desemprego, os projetos de desenvolvimento como a construção de vias de comunicação ou barragens, motivos de doença e o envelhecimento populacional.

Como forma de complementar e compreender melhor esta temática, apresentam-se de seguida, alguns exemplos de processos de desterritorialização que ocorrem pelos diferentes fatores referidos.

Começando pelos fatores de causa humana, a guerra faz com que as populações se sintam obrigadas a abandonar o seu território na procura de um outro que garanta a segurança da sua própria vida. No momento presente, assiste-se à revolta síria, conflito interno, que começou como uma série de grandes protestos populares em 26 de Janeiro de 2011 e progrediu para uma revolta armada em 15 de Março de 2011, influenciados por outros protestos simultâneos na região. Segundo as notícias televisivas, informações de ativistas de direitos humanos dentro e fora da Síria, o número de mortos no conflito ultrapassa as 100 mil pessoas, sendo mais de metade civis. Cerca de dois milhões deslocaram-se para o exterior, procurando os países vizinhos para se refugiarem longe dos combates, como a Turquia, o Líbano, a Jordânia e o Iraque. Mulheres e crianças constituem 75% dos refugiados.

Este é um exemplo de desterritorialização, que se enquadra no conceito de aglomerado humano de exclusão, defendido por Rogério Haesbaert (2004). Estes aglomerados, normalmente, fixam-se em lugares, designados de campos de refugiados, com condições precárias, por norma localizados em espaços periféricos, junto de fronteiras, afastados das áreas de perigo.

Segundo Rogério Haesbaert (2004), estes indivíduos caso não consigam reterritorializar-se vão originar aglomerados móveis de exclusão. São também um exemplo de desterritorialização *ex situ*, implicando a deslocação dos indivíduos que sofreram um processo de desterritorialização. A desterritorialização *ex situ* é um importante fator de vulnerabilidade social e criação de pobreza.

As crises políticas podem também dar origem à saída forçada da população, ou condicionar o acesso aos seus territórios. “A História foi-se construindo por uma sucessão de conflitos de escalas geográficas e intensidades muito diversificadas, também na contemporaneidade esse fenómeno é uma realidade estigmatizante, à qual há que acrescentar, a todas as consequências conhecidas, os prejuízos directos nas territorialidades das populações. Muitas crises políticas de sucessão, disputas ideológicas ou conflitos étnicos provocaram exílios forçados e manifestaram-se sob o ponto de vista espacial em lugares como campos prisionais para onde foram (e são) remetidas personalidades

individuais ou grupos populacionais em estados extremos de limitação territorial. Em determinados regimes políticos, a circulação das populações foi mesmo reduzida e controlada dentro das próprias fronteiras políticas. O papel fragmentador quer das fronteiras políticas que separam os Estados-Nação, quer das fronteiras internas apenas passíveis de serem transpostas com passaportes de circulação regional, encontram-se entre alguns dos mais fortes condicionadores das territorialidades humanas, facto que, nalguns casos, pode estar na origem de processos de desterritorialização. Isso ocorre sobretudo quando essas fronteiras são destacadas no espaço por muros não apenas políticos mas também físicos” (FERNANDES, 2008).

Por sua vez, a crise económica e o desemprego são elementos fortes para desencadear um processo de desterritorialização. No momento atual, vive-se esta realidade, a população perde poder de compra, diminui-se a acessibilidade a serviços e lugares antes frequentados.

Hoje em dia com a facilidade de mobilidade e sobretudo de deslocalização pessoal, a opção de trabalhar no estrangeiro verifica-se, quer seja por uma questão cultural, financeira ou simplesmente social, fomentando a emigração.

O desemprego pode ainda desencadear processos de desterritorialização parcial e temporária. O processo parcial, pelo facto de os indivíduos deixarem de ter acesso a determinados lugares e alterarem os territórios, origina uma quebra do nível de vida do indivíduo. Na desterritorialização temporária, pelo facto de que o desemprego, em princípio, apenas durar algum tempo, vai ocorrer somente durante um determinado período.

Qualquer forma de transição na vida das pessoas causada por algum acontecimento pressupõe uma mudança que poderá levar à incerteza, exigindo uma capacidade maior ou menor de resiliência dependendo de cada indivíduo, potencializando fatores como o *stress* e ansiedade. Assim entre desterritorialização *in situ* e *ex situ*, podemos caracterizá-la como sendo, total ou parcial, permanente ou temporária, individual ou colectiva e forçada ou voluntária.

Também os projetos de desenvolvimento, como a construção de vias de comunicação ou mesmo a construção de barragens, podem dar origem a este tipo de fatores desencadeadores de processos de desterritorialização. Temos como exemplo, o novo troço do IC2, variante sul de Coimbra, faz a ligação da área do Almegue, junto à Ponte-Açude, à Estrada Nacional 1, próximo da Cruz dos Morouços, numa extensão de cerca de cinco quilómetros. Esta variante deu origem a um corredor de circulação entre as zonas Sul e Norte, possibilitando, assim, o desvio do tráfego de passagem de carácter regional. Permite,

por outro lado, uma melhoria das condições de acesso a serviços e equipamentos como o Hospital dos Covões ou a Escola Superior Agrária.

No entanto, houve interferência na malha urbana e a afetação de pessoas, de habitações e serviços que são impactes permanentes. Segundo o Relatório Final de Estudo de Impacte Ambiental e Projectos das Medidas de Minimização, publicado em Maio de 2004, foram afetadas 14 habitações e um edifício pertencente ao Instituto Agrário para o desenvolvimento de Coimbra e dois armazéns.

Em relação aos projetos de construção de barragens, temos o exemplo da Barragem de Alqueva. É a maior barragem do nosso país e da Europa Ocidental, situada no rio Guadiana, no Alentejo interior. Foi construída com o objetivo de regadio para toda a área do Alentejo e produção de energia eléctrica, para além de outras atividades complementares. A sua construção originou a submersão da Aldeia da Luz pelas águas da albufeira da Barragem de Alqueva, a partir de 2002. Foi edificada uma nova aldeia, para onde se mudaram todos os habitantes da Luz (a nova Luz) (OLIVEIRA, 2011).

“A desterritorialização das populações da Luz provocada pela construção da barragem do Alqueva, caracteriza-se por ter sido um processo de desterritorialização *ex-situ* (no qual existiu a deslocação do indivíduo e este perdeu as suas referências espaciais, neste caso ocorreu a deslocação da população da velha para a nova Luz), de desterritorialização total (houve perda quase completa do território e do vínculo que une um indivíduo a determinado espaço, no exemplo da Luz os territórios funcionais e simbólicos na velha Luz desapareceram com a albufeira de Alqueva), de desterritorialização permanente (na escala da vida humana, a construção de uma barragem é um processo irreversível, originando uma mutação do espaço e da paisagem, neste caso a velha Luz foi demolida, destruída e submersa pela albufeira) e de desterritorialização colectiva (na Luz toda a população da aldeia sofreu quebras nos vínculos que os unia aos territórios da velha Luz)” (OLIVEIRA, 2011, p.135).

Ainda como fator de causa humana, o envelhecimento da população é consequência do avanço da medicina no último século, aliado a um aumento da qualidade de vida, as pessoas passaram a viver mais. Isso representa uma mudança na estrutura populacional de um país e tem grandes repercussões económicas, políticas e sociais, no longo prazo. O envelhecimento da população é mais intenso nos países mais ricos. Este, por sua vez, aumenta os gastos, uma vez que uma população mais velha necessita de mais cuidados médicos. Também os motivos de doença nesta faixa etária limitam a locomoção destes

indivíduos, condicionando os seus movimentos no espaço e limitando o acesso a territórios antes acedidos, isto é, os indivíduos ficam perante um “encolhimento espacial”.

Por fim, os fatores de desterritorialização de causa natural podem ter diversas origens, tais como: incêndios florestais, erupções vulcânicas, cheias, sismos e também movimentos da vertente.

Todos os anos, na época quente em Portugal, há destruição de milhares de hectares de floresta, consumidos pelo fogo, com a conseqüente alteração dos ecossistemas. Portugal não fica indiferente, já neste ano de 2013, mais propriamente nos dias 17 e 18 de Agosto, aos fortes incêndios que colocaram algumas populações em risco. Foi o caso dos distritos da Covilhã, Guarda, Viseu e Vila Real. Com conseqüências graves foi o que se verificou no Funchal, provocando o desalojamento de 17 pessoas, tendo sido instaladas em residenciais pelos serviços da Segurança Social.

Quanto às erupções vulcânicas, o vulcão Puyehue, ao sul do Chile, entrou em erupção em 2011 obrigando à retirada de cerca de 3.500 moradores próximos da montanha. Ainda no sul da Islândia, em Março de 2010, o vulcão subterrâneo Fimmvorduhals, obrigou mais de 600 pessoas a abandonarem as suas casas.

Em relação ao fator cheias, temos o exemplo das águas dos rios da região amazónica, em Fevereiro de 2012, que provocaram seis mil desabrigados no Acre.

O tsunami que devastou a costa nordeste do Japão, gerado pelo violento sismo do dia 11 de Março de 2011, teve magnitude 9 na escala de Richter, provocou 6405 mortos, 10.259 desaparecidos e 2409 feridos.

Associado a estes fenómenos surgem por vezes os movimentos da vertente que podem dar origem a processos de desterritorialização. No sudoeste das Filipinas, em Janeiro de 2012, um movimento de vertente provocou pelo menos 25 mortos e 16 feridos.

Os diferentes fatores referidos que podem conduzir a processos de desterritorialização deixam antever que, em alguns casos, se impõe uma deslocação do indivíduo e noutros não. Fazendo a distinção entre processos de desterritorialização *in situ* e desterritorialização *ex situ* (HAESBAERT, 2004).

Desta forma, os fatores de desterritorialização referidos, quer sejam, a guerra, as crises políticas, a construção de projetos de desenvolvimento e as catástrofes ambientais certamente que irão conduzir a processos de desterritorialização *ex situ*. Esta por sua vez é nos dias de hoje, um dos maiores problemas de desenvolvimento e um dos mais importantes fatores de vulnerabilidade social e criação da pobreza. Na verdade, se os

indivíduos que sofreram um processo de desterritorialização não conseguem realizar a reterritorialização, formarão, segundo Haesbaert (2004), aglomerados móveis de exclusão.

Desta forma, continuando a nossa análise, ir-se-á fazer uma reflexão sobretudo sobre o caso do desemprego, perceber como é que este, enquanto fator de desterritorialização, altera e reorganiza as geografias espaciais de cada um.

2. O CONCEITO DE DESEMPREGO

Segundo o Dicionário das Crises e Alternativas, publicado pelo (CES, 2012) a palavra desemprego, que pode ser definida, como um problema social complexo e constituir o ponto de partida para interrogar, por um lado, a atual tendência para a naturalização do risco laboral e por outro, as medidas políticas destinadas a colmatar os seus efeitos sociais e individuais.

O termo desemprego alude à falta de trabalho. Um desempregado é um indivíduo que faz parte da população ativa (que se encontra em idade de trabalhar) e que anda à procura de emprego, por vezes, sem sucesso. Este é um fenómeno social e económico característico das economias modernas, em consequência do desequilíbrio entre a procura e a oferta de mão-de-obra.

O desemprego pode resultar de uma perda de emprego involuntária (por despedimento, pela extinção do posto de trabalho, o fim de um contrato e encerramento da empresa) mas também de uma saída voluntária do emprego (por motivos de insatisfação, surgimento de novas alternativas, ou por mudanças nos estilo de vida) (SANTOS, 2010).

O problema do desemprego surge quando o período de duração é mais alargado, e aí o indivíduo fica perante uma situação de perda de vínculos ao seu território susceptíveis de problemas de pobreza ou exclusão social. Por outro lado, um indivíduo que tenha um emprego não está necessariamente salvo da exclusão social, ou da pobreza, até porque existem muitas pessoas que vivem com baixos salários fruto da profissão que exercem. Isto para dizer que, não só um indivíduo desempregado está susceptível a problemas de exclusão social e pobreza, ele está sim mais vulnerável e permeável a este tipo de situações, pois a desterritorialização pode ocorrer quando o desemprego acontece mas também perante uma situação de emprego precário.

A pobreza é definida como “a situação de privação por falta de recursos” (Bruto da Costa, 2007:28), uma privação diversa nos vários domínios da vida das pessoas (alimentar, habitacional, de saúde, educacional, entre outros).

A globalização, entre outros factores, contribui para o aparecimento de novas formas de manifestação deste fenómeno. Esta não se restringe apenas à escassez de recursos materiais, podendo traduzir-se pela não participação no padrão de vida dominante, devido a fatores como a escolaridade, a idade, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da informação cibernética.

É neste contexto mais amplo que o conceito de exclusão social tem vindo a ganhar importância, relativamente à definição de pobreza. A exclusão social significa, fundamentalmente, desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político (SANTOS, 2010). Reflete-se sobretudo na fragilização dos laços familiares e sociais.

Podemos distinguir vários tipos de desemprego: o cíclico ou conjuntural, é o tipo de desemprego do momento, consequência da crise que vivemos, fruto das condições da economia, onde os empresários contratam menos ou demitem as pessoas, porque esperam vender menos, e querem manter a “mesma” margem dos lucros. O desemprego estrutural, causado, em geral, por inovações tecnológicas, forçando a diminuição dos desempregados.

Por fim, o desemprego friccional que é aquele tipo de desemprego, em que um indivíduo sai da empresa por qualquer motivo, como por exemplo, insatisfação, na procura de novo emprego.

Contrariamente ao desemprego, surge o emprego que tem uma função integradora e concretizante da personalidade de cada indivíduo. Assume uma importância tal, ao ponto de se tornar como um papel central na vida de cada um, pela realização pessoal, pelo sentido de utilidade social e organizacional, além de proporcionar estatuto e prestígio. Potencializa o bem-estar de cada pessoa, desenvolve em cada indivíduo uma forma de realização e concretização de todo um conjunto de necessidades, quer sejam de carácter básico ou mesmo de realização de interesses, expectativas e projetos individuais.

Neste contexto, o grau de tolerância face ao insucesso pode considerar que uma sociedade mais tolerante será uma sociedade mais inclusiva, enquanto, que uma sociedade menos tolerante ao insucesso será uma sociedade mais punitiva. As sociedades dos países com tradição e com culturas muito vincadas tendem a ser menos tolerantes ao insucesso, como por exemplo, os países do sul da Europa, como a Espanha, a Itália, a Grécia e também Portugal.

Assim, as constantes alterações ligadas às inovações tecnológicas no campo da comunicação e da informação, fazem com que, a segurança relativa ao emprego seja muito reduzida, daí estarmos numa situação governamental tão crítica e inquietante, de difícil resolução e de alarme social.

2.1. O DESEMPREGO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

“As várias tecnologias, como a informática, a robótica, a engenharia mecânica e a telecomunicação, estão mudando rapidamente os processos de produção de bens e serviços”. (LAKATOS, 1999 p, 333).

A atualidade tem sido marcada por crises sucessivas a vários níveis, exigindo dos Estados, regiões, cidades, famílias e indivíduos, a capacidade de se conseguirem adaptar e suportar as múltiplas perturbações (SANTOS, 2009).

Como principais causas do desemprego pode enunciar-se: a globalização, o desenvolvimento tecnológico, a terciarização, a desindustrialização, o excesso de concentração da renda e os novos métodos de gestão.

A globalização é, portanto, um conjunto de mudanças que ocorrem a nível mundial do ponto de vista económico, financeiro, comercial, social, cultural e nos sistemas produtivos, intensificando a inter-relação dos países e dos povos. Além destas mudanças a globalização implica também uma grande uniformização de padrões económicos e influências culturais.

Harvey (1989) refere que o fordismo (padrão de acumulação capitalista rígido) é relacionado com a ideia de modernidade, enquanto a acumulação flexível (globalização) já faria parte da pós-modernidade. Aceleraram-se fenómenos como o ciclo produtivo, a racionalização das técnicas de distribuição e conseqüentemente, o consumo incluído, os serviços. Segundo Harvey (1989) há uma “compressão do espaço-tempo”, referindo-se a um encolhimento do espaço pelo tempo, ou pela velocidade. Trata-se portanto de um distante que se torna próximo através dos recursos tecnológicos de que se dispõe.

O desenvolvimento das tecnologias e da informação fazem surgir espaços virtuais, proporcionam novos estilos de vida e novas formas de relacionamento interpessoal. A informática que tem na Internet a concretização de um espaço ou mundo virtual (ciberespaço) gerou profundas modificações na forma do relacionamento humano.

Determina também, as condições de empregabilidade, o facto das empresas subcontratarem pessoas, impondo regimes e contratos laborais mais flexíveis e temporários, evitando criar vínculos às empresas, fruto da escassez de trabalho.

A difusão das tecnologias de informação está também a provocar transformações na estrutura das organizações, no tipo de gestão utilizado e na forma como as tarefas são distribuídas e executadas. Apesar destas novas formas de trabalho apresentarem, para muitos, grandes oportunidades, podem também produzir uma ambivalência profunda por parte daqueles que se sentem enclausurados num mundo em constante mutação. Os trabalhadores, em diversos tipos de ocupações, vivem hoje a precarização do trabalho, um sentimento de receio e respeito pela estabilidade futura da sua posição e do seu papel no local de trabalho. A ideia de emprego vitalício deixou de existir.

A crescente terciarização constitui um dos traços marcantes da atualidade. Portugal não fugiu à regra e, nas últimas décadas, este fenómeno evidenciou-se com a transferência do pessoal dos meios rurais para os grandes centros e a conseqüente transferência do setor primário para o secundário e terciário.

O processo de terciarização reflete duas óticas distintas: a expansão do setor terciário, isto é, do conjunto das atividades produtoras de bens imateriais e intangíveis; e o movimento de reestruturação dos sistemas produtivos, verificando-se um processo de transformação intersetorial baseado na crescente integração das atividades secundárias agrícolas, indústria e dos serviços.

No momento, “o escritório substitui a fábrica” (GOTTMANN, 1983). Esta forte terciarização das últimas décadas que o mercado de trabalho sofreu foi também acompanhada por uma feminização e escolarização.

A feminização do mundo do trabalho permite avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Embora o ingresso da mulher no mundo do trabalho seja um avanço no seu processo emancipatório, o processo de feminização é marcado pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho. Assim a feminização do trabalho emancipa, mas também precariza.

O processo de reprodução do capitalismo contemporâneo, sob a predominância do capital financeiro e em detrimento do capital produtivo, caracteriza-se pela mundialização financeira, que consiste num regime de acumulação capitalista mundial, cujo desenvolvimento é delineado por um crescimento veloz da esfera financeira e pelo papel

destacado das maiores instituições financeiras transnacionais (CHESNAIS, 1999; LENIN, 2002).

Desta forma, o capitalismo incorpora as tecnologia de informação, altera a forma de gerar capital, promove o crescimento do setor serviços, contribui para o aumento das mulheres no mundo do trabalho, mas em contrapartida, aumenta também o desemprego estrutural, as novas formas de gestão industrial que superam o fordismo e o taylorismo. Assiste-se a uma reestruturação produtiva, ou seja, as empresas passam a absorver as tecnologias de informação que estruturam o trabalho.

Claramente que todo este conjunto de causas do desemprego desencadeia algumas consequências, das quais se destacam: encargo para a sociedade e uma subida de preços. Surge uma maior oportunidade do mercado negro no trabalho, tornando-se motivo de preocupação para a sociedade, além do excesso de concentração de renda.

Para além de todos os custos sociais associados ao desemprego, há uma perda de riqueza que daria origem a uma distribuição de rendimentos sob a forma de salários, lucros, impostos, entre outros.

Decerto que a mudança entre o emprego e o desemprego obriga a uma reorganização e a um reajustamento dos papéis desempenhados por cada indivíduo. No momento em que um determinado individuo fica numa situação de desempregado, ele sofre a ausência/privação dos benefícios do emprego, isto é, perde parte do vínculo a um território, neste caso, o seu trabalho, a função que desempenhava num determinado local, instituição, empresa, entre outros.

Como consequência, há uma perda de poder de compra, diminui-se a acessibilidade a serviços e a lugares, reduzem-se os capitais de mobilidade. Fica-se perante uma situação de transição, de perda e desconforto que obriga a um reajustamento de resolução. Por vezes, perante estas condições, os indivíduos decidem optar por procurar outros territórios, abandonando os seus na busca de novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

O desenvolvimento dos transportes e das comunicações, ao reduzirem custos e tempos de deslocação e de contacto, tem contribuído para uma aproximação e relacionamento cada vez maior entre regiões, países e continentes, incrementando, entre outros, a mobilidade de pessoas. Vivemos num mundo interligado no qual emergem estreitas relações económicas, políticas, e sociais, uma poderosa teia de dependências mútuas, e uma crescente consciência global interplanetária. Estas grandes evoluções

tecnológicas geraram novas oportunidades no exterior, onde a emigração surge como opção para fazer face a este flagelo.

O número de emigrantes tem vindo a aumentar, sobretudo nos últimos anos. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), quase 200 mil portugueses saíram do país entre 2011 e 2012. Vários são os motivos apontados para explicar o fenómeno: o contexto de crise económica, o crescimento do desemprego nacional, a falta de oportunidades e a valorização profissional que traz uma experiência de trabalho no estrangeiro. Os principais países de destino são: Espanha, França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, Reino Unido, EUA, Canada, Brasil e Angola.

A atualidade dita pós-moderna fica assim marcada por conceitos como os fluxos e a hipermobilidade (BENKO, 1994). Neste contexto, surge uma desterritorialização *ex situ*, pois as pessoas sentem-se obrigadas a deslocarem-se, a saírem e a procurarem novos territórios.

3. POPULAÇÃO E DESEMPREGO EM PORTUGAL

Nos últimos anos, o desemprego tem vindo a registar níveis elevados, com todas as implicações daí decorrentes, quer ao nível económico, quer no plano social. Neste contexto, e nas condições atuais da economia portuguesa, o desemprego surge como uma das maiores preocupações das políticas governamentais e importa ter um conhecimento da situação atual e da sua evolução.

Neste ponto, como forma de conhecer a evolução do desemprego, em termos quantitativos, vamos apresentar alguns quadros estatísticos apoiados em duas fontes de informação: o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Eurostat.

3.1. A ESTATÍSTICA DO DESEMPREGO

A população portuguesa registou um aumento nos últimos dez anos. Segundo os censos de 2011, a população residente em Portugal era de 10.562.178 pessoas. Comparativamente com o ano de 2001, a população aumentou 206.061 cidadãos (10.356.117).

De acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que a taxa de desemprego tem vindo a aumentar de forma contínua desde o ano 2001.

Em 2012, a população desempregada foi estimada em 860,1 mil pessoas, tendo aumentado 21,8% em relação ao ano anterior, o equivalente a mais 154,0 mil pessoas.

Destes valores destaca-se 453,9 mil pessoas do sexo masculino e 406,2 do sexo feminino.

A figura 1 mostra a evolução da taxa de desemprego em Portugal nos últimos 10 anos. No ano de 2012, a taxa de desemprego situou-se em 15,7% e aumentou 2,9 p.p. em relação ao ano anterior. A taxa de desemprego dos homens foi de 15,7%, das mulheres 15,6%, dos jovens (15-24 anos) 37,7% e a taxa de desemprego de longa duração foi de 8,5%.

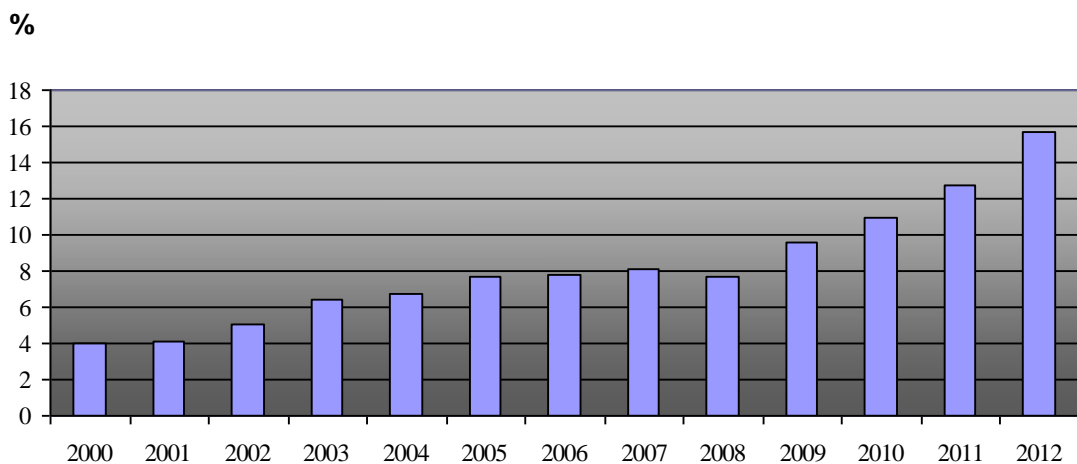


Figura 1: Evolução da taxa de desemprego de 2000 até 2012.

Fonte: INE, 2012.

É importante reflectir sobre o desemprego em relação à sua distribuição no território. Com base na figura 2, fazendo uma análise por regiões NUT II, observa-se que, a maior taxa de desemprego em 2012, foi registada no Algarve com 17,9%, seguidamente, Lisboa com 17,6%, o Norte com 16,1% e o Alentejo com 15,9%. A percentagem mais baixa registou-se na região centro com 12 % de desempregados.

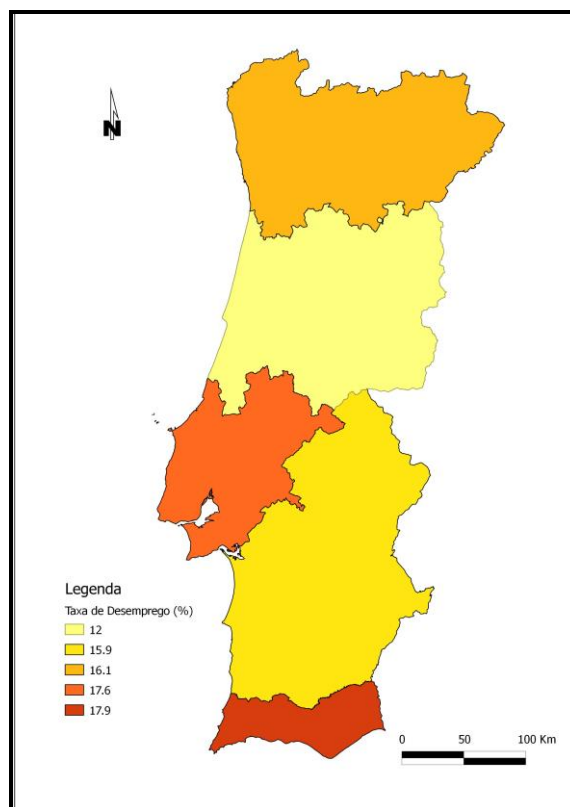


Figura 2: Taxa de desemprego por NUTS II (2012).

Analisando o gráfico da figura 3, a taxa de desemprego por grupo etário, observa-se uma elevada percentagem nos jovens dos 15 aos 24 anos com 37,7% e nos jovens adultos dos 24 aos 34 com 18%.

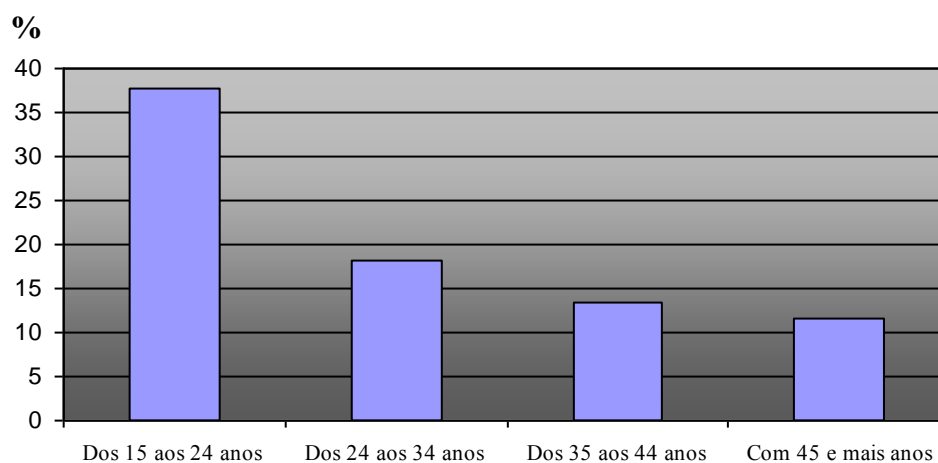


Figura 3: Taxa de desemprego por grupo etário.

Fonte: INE, 2012.

Por vezes, um dos entraves à entrada no mercado de trabalho é o baixo nível de habilitações escolares dos portugueses. No momento, o desemprego tem afetado também os mais letrados, nomeadamente, aqueles que possuem ensino secundário e superior.

Os dados revelados pelo INE, (figura 4), revelam que a população com ensino inferior (ensino básico, 1º, 2º e 3º ciclo), é abrangida em maior percentagem pelo desemprego, com aproximadamente 25%. No entanto, a população com nível de escolaridade secundária também não fica indiferente, sendo abrangida com mais de 20% de desempregados. É ainda notória a percentagem que corresponde aos indivíduos com ensino superior, cerca de 10%.

Neste contexto, há uma tendência para o aumento do desemprego junto dos grupos etários mais jovens e com menores níveis de escolaridade.

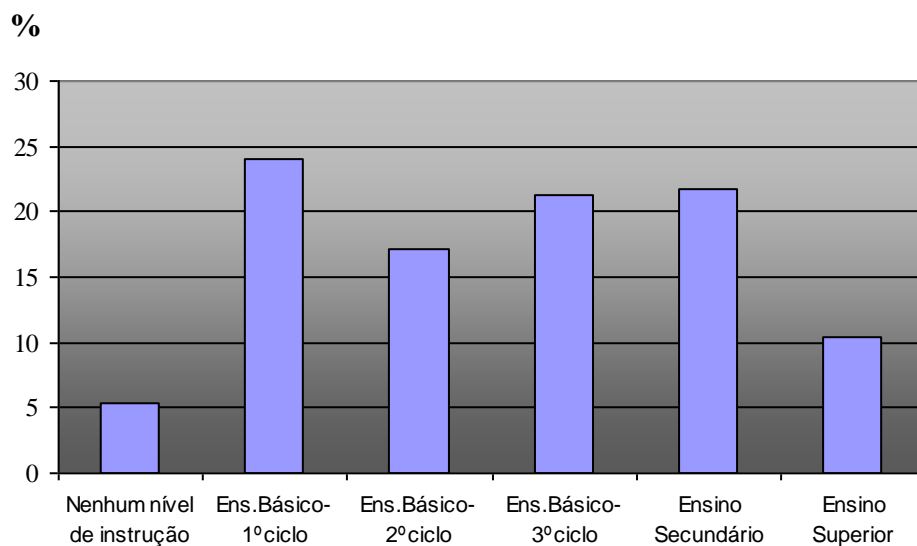


Figura 4: Taxa de desemprego segundo o nível de escolaridade, 2012.

Fonte: INE, 2012.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (última atualização dos dados, 7 de Agosto de 2013) a taxa de desemprego em Portugal situa-se nos 16,4%.

Segundo os dados do Eurostat, no contexto dos 27 países da União Europeia, Portugal registava uma taxa média de desemprego em Dezembro de 2012 de 17,3% (figura 5) e nos 17 países da zona Euro era de 10,8%.

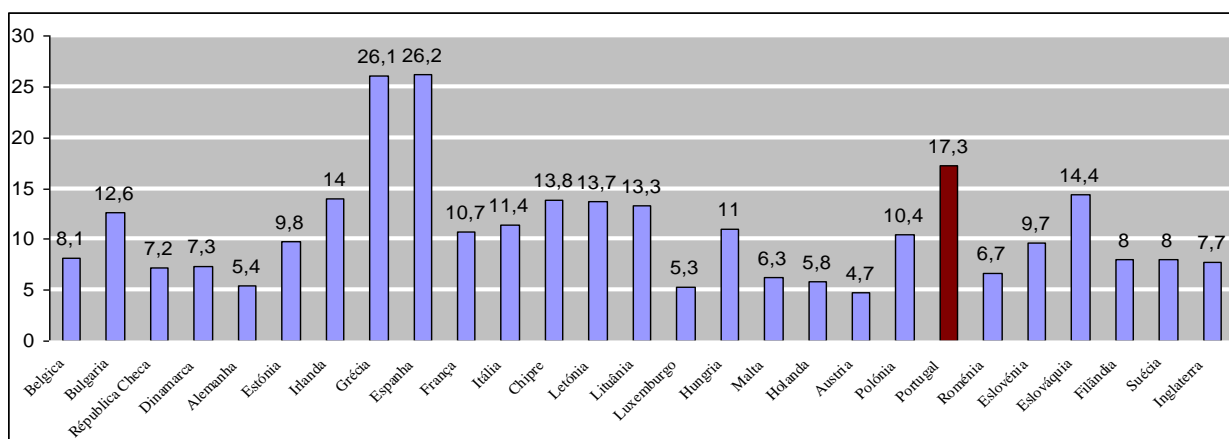


Figura 5: Taxa de desemprego na União Europeia.

Fonte: Eurostat, 2012.

A Espanha é o país com maior taxa de desemprego (26,2%) da zona euro e da UE, tendo ultrapassado os 6 milhões de desempregados (6.157.000).

A Grécia com 26,1% é o segundo país da zona euro e da UE com maior taxa de desemprego e tem 1.295.000 desempregados.

Quanto a Portugal, e segundo o Eurostat, é o país da zona euro com a terceira maior taxa de desemprego com 17,3%. Acima da taxa de desemprego média da zona euro encontravam-se ainda Irlanda (14%), Eslováquia (14,4%), Chipre (14,8%), Letónia (13,7%), Lituânia (13,3%), Hungria (11%), Bulgária (12,4%).

As taxas mais baixas da zona euro e da UE eram as da Áustria (4,7%), Luxemburgo (5,3%), Alemanha (5,4%) e Holanda (5,8%).

Neste contexto, é importante refletir um pouco sobre algumas das características do mercado de trabalho, que passam a ser relevantes para a compreensão e análise deste problema que é o desemprego, podendo ser considerado como uma variável muito marcada pelas conjunturas de curto prazo, além de ser muito instável, que a todos desperta atenção e preocupa no dia-a-dia.

Ao refletir sobre os fatores que caracterizam o mercado de trabalho português em relação ao desemprego, é inevitável referir aspetos como as deslocalizações de empresas nacionais e estrangeiras (multinacionais) para países onde os custos são mais reduzidos, como a mão-de-obra e os encargos fiscais (Polónia, Roménia, Turquia). Temos o exemplo recente de empresas de distribuição alimentar. Também a indústria automóvel,

tradicionalmente associada a relações de trabalho estáveis, está a ser atingida pelas deslocções industriais. Outro aspeto é o impacto da globalização do comércio mundial, como por exemplo o setor têxtil, onde as empresas não acompanharam o desenvolvimento tecnológico e organizacional, tendo agora a China como grande concorrente comercial. Não menos importante, não se podem esquecer as grandes debilidades estruturais que o nosso país apresenta, sendo estas, grandes promotoras do desemprego.

Tal como já analisado, há uma dificuldade de transição para a vida ativa, e neste momento, sublinho, sobretudo o grupo dos jovens, uma vez que é o mais afetado. Embora os jovens licenciados tenham uma posição mais favorável, em relação a outros com menos qualificações, enfrentam situações de emprego precário (contratos a termo e em situação de prestadores de serviços). O conceito de emprego vitalício mudou, isto e o vínculo permanente a uma empresa deixou de existir.

Por outro lado, temos também uma grande percentagem de indivíduos com baixos níveis de habilitação escolar e formação, tornando-se uma das grandes debilidades do mercado de trabalho do nosso país. Ainda neste contexto, não podemos esquecer os jovens que abandonam a escola sem completarem a escolaridade obrigatória.

O sector económico assenta sobretudo em atividades tradicionais, com uma mão-de-obra intensiva e com baixos níveis de produtividade. Alguns setores de atividade ainda alimentam a sua estratégia de competitividade numa política de baixos salários, por vezes, também com ausência de novas tecnologias, o que motiva a contratação de indivíduos pouco qualificados e com poucas possibilidades de formação profissional.

Por outro lado, muitas das pequenas e médias empresas, oferecem resistência à mudança, devido ao facto dos empregadores, terem baixos níveis de qualificação, educação e formação, influenciando o mercado de trabalho de forma negativa, uma vez que são eles que organizam as empresas e as formas de organização do trabalho, podendo contribuir para o aumento da produtividade do país.

Ainda neste contexto, fazendo uma análise dos valores apresentados em relação ao desemprego no nosso país, segundo a sua posição na U.E. pode questionar-se, até que ponto, estas debilidades económicas podem desencadear novas territorialidades?

**PARTE II – A VIVÊNCIA E A TERRITORIALIDADE
DO DESEMPREGO: TESTEMUNHOS PESSOAIS**

1.PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO

Ao pensar na realização de entrevistas com pessoas que estivessem abrangidas pelo desemprego, o nosso objectivo era o de reconstruir e, se possível, cartografar o seu percurso de vida, isto é, como era a sua vida antes e depois de ficarem desempregados, ou seja, perceber o que mudou nas suas vidas depois do desemprego.

Pretendemos com esta investigação, uma tentativa de demonstrar, que há uma relação entre desemprego, territorialidade e capital da mobilidade.

Desta forma, definimos este trabalho de investigação como um ensaio metodológico, uma problematização destas questões e não uma tese construída com o intuito de dar respostas universais e apresentar soluções que advém deste problema, por sinal difícil e abrangente.

Com a análise destas entrevistas, pudemos conhecer o percurso de vida que cada um fez, não podendo esquecer que estes indivíduos, são alguns exemplos de pessoas que vivem com este fenómeno que é o desemprego e que de forma alguma podemos generalizar.

1.1. PESQUISA EMPÍRICA

Foram vários os esforços efetuados na procura de pessoas disponíveis para colaborarem neste estudo, embora sempre sem sucesso. De imediato se percebeu que o percurso iria ser difícil de concretizar, pois, nos primeiros contatos quando o tema de estudo era apresentado, em alguns casos a informação foi rejeitada, noutros pouco esclarecedores.

Após uma incessante procura, quase vencida pelo cansaço de recusa dos sujeitos, surgiu a possibilidade de realizar as entrevistas no CECOIA (Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins) – resulta de um protocolo entre o IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional – e a CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

O CECOIA tem a sua sede em Lisboa e conta com delegações no Porto e em Coimbra. Promove formação para jovens, ativos e formadores, bem como soluções à medida das organizações.

É uma instituição com 26 anos de experiência em conceção, planeamento, organização, desenvolvimento e avaliação de ações de formação, em domínios como: Marketing, Atendimento, Gestão, Administração, Contabilidade, Desenvolvimento pessoal, Secretariado, Secretariado e Trabalho Administrativo, entre outros.

A disponibilidade da parte do CECOIA foi total, permitindo o contato com os grupos que, no momento, estavam disponíveis, embora nem todos os indivíduos se revelaram interessados em colaborar.

O papel enquanto entrevistador foi sempre esclarecedor e claro, além de sempre informar que os nossos objetivos eram apenas para efeitos académicos, nunca deixando de salientar a importância que para nós teriam.

Os participantes eram informados que a entrevista seria realizada numa sala reservada, na qual haveria condições de diálogo, privacidade e sigilo das informações.

Foram também informados de que os resultados obtidos pelas várias entrevistas realizadas seriam utilizados numa dissertação de mestrado, mas que o anonimato seria garantido.

No entanto, sempre transmitimos com clareza a todos os participantes os nossos propósitos éticos: a participação voluntária, a informação e identificação era confidencial, bem como o consentimento na utilização da informação adquirida.

Importante também referir que os nomes mencionados no trabalho são pseudónimos e que as entrevistas não foram gravadas, apenas realizadas de forma verbal, para transmitir uma maior confiança.

Outra dificuldade foi o facto dos entrevistados serem pouco exatos nas respostas. Como tal, também da nossa parte não foi feita muita pressão sobre eles, pelas dificuldades referidas. Assim, resultaram doze entrevistas, embora os colaboradores tenham sido mais, a informação recolhida não foi esclarecedora em relação à temática de estudo.

Do perfil dos desempregados é importante destacar que os entrevistados apresentam, relativamente idades avançadas e qualificações de baixo nível.

Dos participantes destacam-se quatro do sexo masculino e oito do sexo feminino, são contemplados vários grupos etários: os mais jovens (dois homens casados, o João com 28 e o Rui com 36 anos e dois homens solteiros, o Marco com 33 e o Luís com 35 anos), os trabalhadores em idade ativa (a Ana, divorciada, com 42 anos, duas mulheres casadas, a Luísa com 47 e a Ivone com 48 anos, e uma solteira, a Rita com 48 anos), e aqueles que já se encontram próximos da pré-reforma (a Vera, solteira com 50 anos, a Elsa, casada com 56 anos e duas viúvas, a Maria com 54 e a Joana com 56 anos).

Quanto ao nível de escolaridade, todos têm o 9º ano e frequentam o mesmo curso de formação profissional (técnicas administrativas), com equivalência ao 12º ano de escolaridade.

A nível profissional, o último emprego ou profissão que exerceram foi: o Marco operário fabril, a Joana técnica administrativa, a Maria comerciante, a Ivone comercial, a Luísa, a Vera e o João exerciam funções ligadas à restauração, a Ana auxiliar de ação educativa, o Luís e o Rui segurança, a Rita empregada de limpeza e a Elsa florista.

Também de salientar que alguns dos entrevistados passaram por situações de emprego e desemprego de forma alternada e descontínua.

Em relação à estrutura familiar, com dois filhos, a Ivone, a Luísa, a Ana, o Rui, o João e a Rita. Com um filho o Marco, a Joana, a Maria, a Elsa e a Vera. O Luís não tem filhos.

Importante não esquecer que os elementos que constituem este grupo de entrevistados foram selecionados através de uma amostra não probabilística, pelo que os dados apresentados não pretendem ser proporcionais ou representativos do universo constituído pelos desempregados reconhecidos em Portugal. Esta investigação traduz-se num ensaio metodológico que demonstra que o desemprego tem efeitos espaciais.

Após uma breve caracterização dos entrevistados, de seguida apresentam-se algumas das principais conclusões obtidas, com base nos eixos principais da estrutura do guião, incluindo alguns campos de análise construídos com o apoio ao recurso de expressões dos testemunhos.

Pretende-se com isto perceber, até que ponto o desemprego altera e reorganiza a territorialidade das pessoas. É importante perceber o que muda na vida das pessoas. Analisar as consequências associadas que são reveladas, não só pelo manifesto, mas também do ponto de vista visível, pela privação de um salário e pela manutenção de um estilo de vida, mas também de forma invisível, relacionadas com o estatuto e identidade social, as redes de interação social (redes de amizade, familiar e lazer) além das implicações subjetivas da vivência do desemprego (baixa auto-estima e depressão).

2. MUDANÇAS PROVOCADAS PELO DESEMPREGO NA VIDA DAS PESSOAS

Neste ponto apresentam-se algumas das mudanças mais significativas da vida destes indivíduos. Desde alterações das geografias pessoais, quebra de controle de cada indivíduo sobre determinados territórios, fratura de vínculos e mesmo o afastamento dos respectivos espaços quer sejam de afirmação material, imaterial, funcional e simbólica, fatores que obrigam a reajustamentos.

2.1.RESIDÊNCIA

A residência é um elemento fundamental na vida de cada indivíduo, mas dependente da prática de um trabalho pago. É aqui que começa a qualidade de vida e o bem-estar. Esta é vista como o lugar próprio de um indivíduo, é o local onde a parte mais significativa da sua vida pessoal se desenrola. Na sociedade atual, este local tende a afastar-se do indivíduo, pois ele passou a viver longos períodos do dia fora de casa, a trabalhar, a recrear, entre outros.

Do grego “Oikos” significa casa, o universo habitado, ou “moradia”, representa um importante espaço para o desenvolvimento do homem. Primeiro, pela necessidade de proteger-se, de abrigar-se, depois, representa aquele espaço em que o homem poderá "crescer", criar a sua família.

O termo lar, também utilizado neste contexto, tem uma conotação mais afetiva e pessoal: é a casa vista como o lugar próprio de um indivíduo, onde tem a sua privacidade e se desenrola a parte mais significativa da sua vida pessoal. Apesar das pessoas passarem grande parte do dia no seu emprego ou em locais de recreação, esta assume na contemporaneidade, uma função multifuncional, pois os meios de comunicação, nomeadamente a internet, têm facultado às pessoas a possibilidade de trabalharem em casa.

O desenvolvimento do conceito, assim como o da sua diferenciação da simples noção de abrigo, ocorre paralelo à definição por parte do homem de território, lugar e paisagem: a casa, como propriedade, estabelece relações entre indivíduos e entre grupos sociais, passando eventualmente a ser identificada com a ideia de poder.

A ampliação deste é fruto de um processo sociocultural, de tal forma que em diferentes locais do mundo e nas diferentes sociedades ele evoluiu de maneiras diversas. A constituição da forma, dos usos e da função de uma casa é sempre resultado de um processo sociocultural: havendo de um lado a participação do projetista, por outro lado os hábitos sociais consolidados, preconceitos relacionados ao modo de viver, a legislação do lugar e as limitações económicas.

Neste sentido, a casa é entendida como a estrutura que para além de constituir-se como abrigo, afeto e também segurança, define-se como uma construção cultural de uma dada sociedade. É importante referir esta importância de sentirmos uma segurança extrema, nas palavras de Giddens (1992), é designada de segurança ontológica.

Assim sendo, o acesso a uma habitação condigna é essencial para se alcançar o nível de vida e consequente realização da vida humana para lá da simples sobrevivência.

O Marco antes de ficar desempregado vivia numa casa arrendada, na Rua Avenida Mendes Silva em Coimbra, local privilegiado da cidade (figura 6).

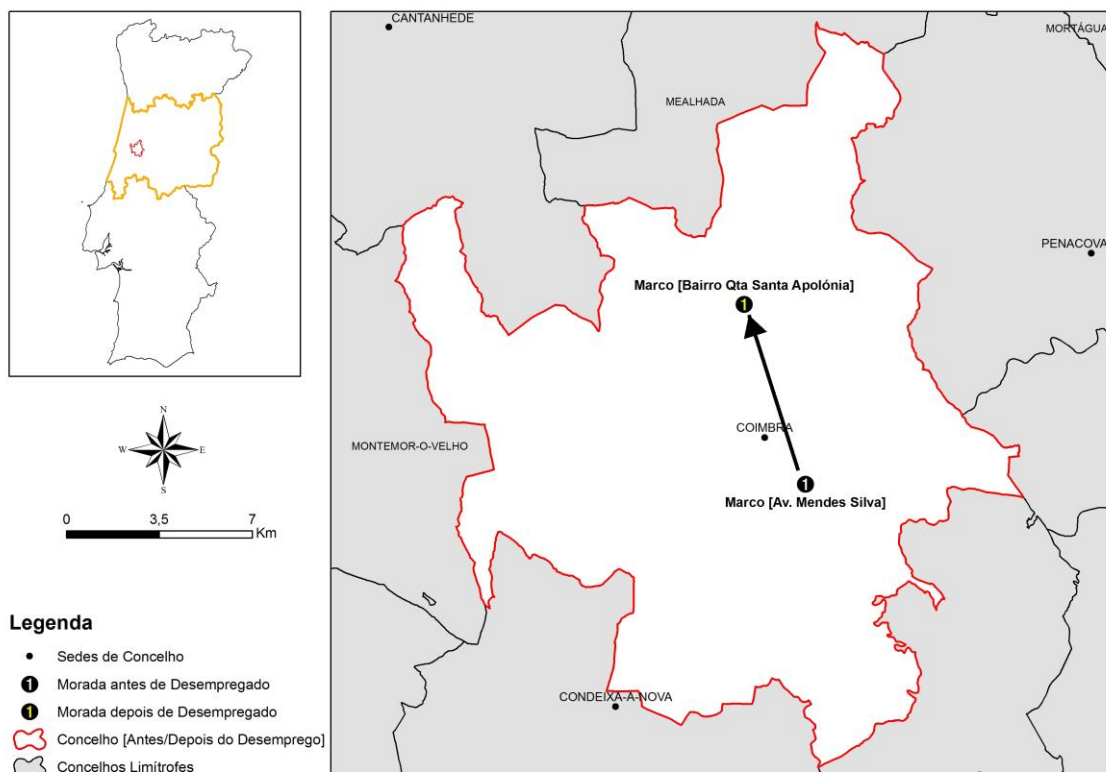


Figura 6: Residência do Marco antes e após ter ficado desempregado.

Um dos fatores que condiciona a organização das áreas funcionais das cidades é a renda locativa. Esta por sua vez é influenciada pela acessibilidade e pela distância ao centro. De um modo geral, o custo do solo diminui à medida que nos afastamos do centro da cidade, que é a área mais central e de maior acessibilidade e, conseqüentemente, a mais cara.

Assim, a função residencial é muito importante, distinguindo-se diferentes áreas de características arquitetônicas e qualidade de construção próprias, cuja localização está relacionada com os custos do solo e com o nível social da população que nelas reside. São áreas com boas acessibilidades e prestígio social. Servidas por atividades terciárias, pouco concentradas, que, na sua maioria, são serviços de proximidade e comércio sofisticado.

Agora na situação de desempregado, o Marco mudou de área de residência. Embora continue a viver em casa arrendada em Coimbra, deixou de residir na Avenida Mendes Silva e passou a residir no Bairro de Santa Apolónia. É um local sossegado onde as casas têm preços mais baixos, uma vez que são áreas mais afastadas do centro da cidade.

Como o Marco referiu: “...arrendei casa mais barata”... palavras acompanhadas com algum sentimento de perda, ao mesmo tempo misturado com alguma tristeza, revelam o início de uma nova etapa da sua vida.

Habitado a viver numa área urbana bem localizada e com algum prestígio, agora terá que se adaptar ao novo local, o Bairro de Santa Apolónia. É uma área residencial para classes com rendimentos mais baixos. Estes surgem em áreas periféricas e assumem a forma de autênticos blocos de cimento com uma arquitetura semelhante. São edifícios plurifamiliares, onde existe uma densidade de construção e a harmonia e a qualidade ficam aquém das áreas de habitação de luxo, tal como se observa na figura seguinte.



Figura 7: Bairro de Santa Apolónia (Coimbra).

O aumento da distância ao centro da cidade, e consequentemente, a diminuição do preço do solo, o desenvolvimento dos transportes e o desejo de aquisição de casa própria têm contribuído para o crescimento destes bairros nas periferias da cidade.

A figura 8 mostra a mudança de residência do Rui. Antes de ficar desempregado morava em Condeixa-a-Nova, em casa própria, que adquiriu através de empréstimo bancário.

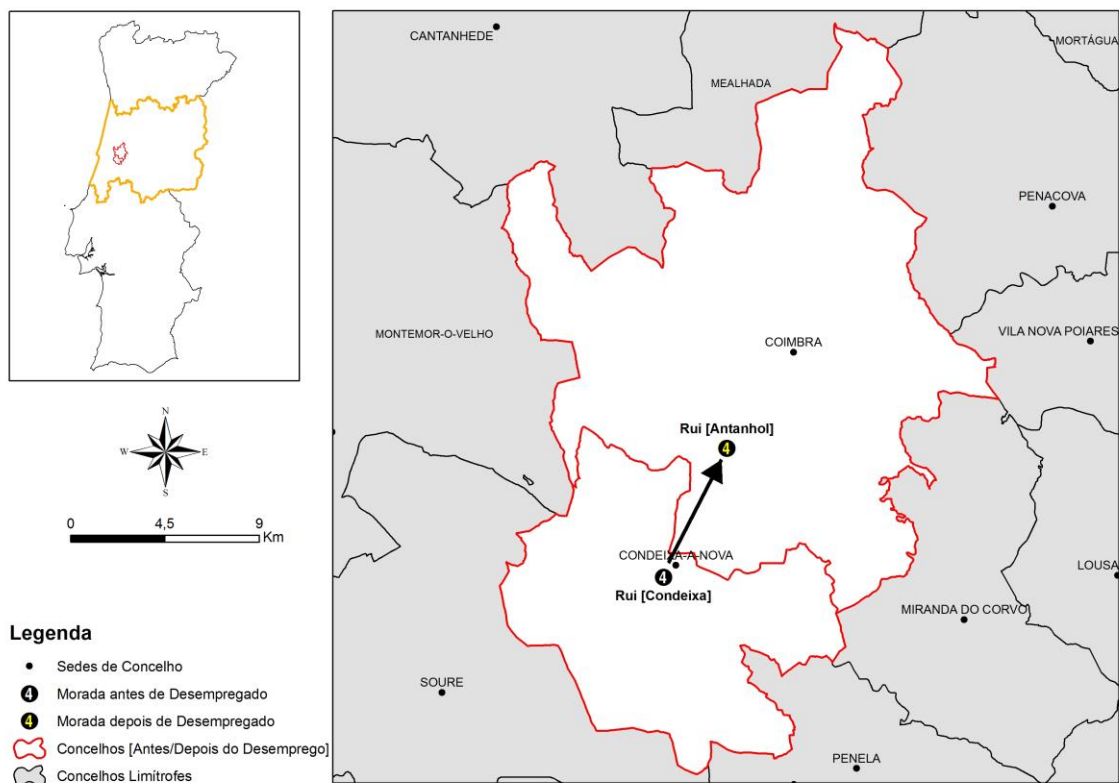


Figura 8: Residência do Rui antes e após ter ficado desempregado.

No momento, a viver na situação de desempregado, o Rui sentiu-se obrigado a mudar de residência, pelo facto de não conseguir fazer face às despesas do empréstimo que contraiu. Por isso, resolveu arrendá-la sendo portanto obrigado a mudar-se para casa dos pais, em Antanho (Coimbra).

Neste seguimento, as palavras do Rui: “tenho falta de privacidade porque mudei de casa...”

Estas palavras revelam que esta mudança acarreta outras consequências, como a perda de privacidade. Este é um elemento que se torna evidente perante este fenómeno, e

claro, isto pode levar a algumas sequelas como por exemplo, o “stress” dentro de casa. Sendo a privacidade uma necessidade do ser humano, esta pode variar de uma pessoa para outra consoante a sua capacidade de adaptação.

Antes de se perder a casa, há privações alimentares, pede-se dinheiro emprestado, deixam-se contas por pagar. A casa é o extremo, é o refúgio, é a última das perdas, é um meio de bem-estar pessoal, é uma realização pessoal, é a concretização de um sonho, é a passagem a um novo estatuto/estado social, é o alcance de privacidade.

A crise económica e o crescimento do desemprego também estão a criar novas formas de habitar. As famílias, como uma das soluções, arrendam a sua casa e mudam-se para os subúrbios. Entre outras soluções, alguns voltam para casa dos pais.

O ideal da casa própria está a desaparecer. Nas décadas de oitenta e noventa, Portugal usufruiu de financiamento europeu, crescimento económico e crédito fácil. Há pouco tempo, o principal objetivo das famílias era comprar uma casa, hoje pensa-se mais em arrendar. Atualmente, há uma necessidade de não se ficar preso a obrigações, porque o futuro é incerto.

O João também não ficou alheio à mudança de residência (figura 9). Antes de ficar desempregado, morava em Monte Formoso (Coimbra). Antes de ficar

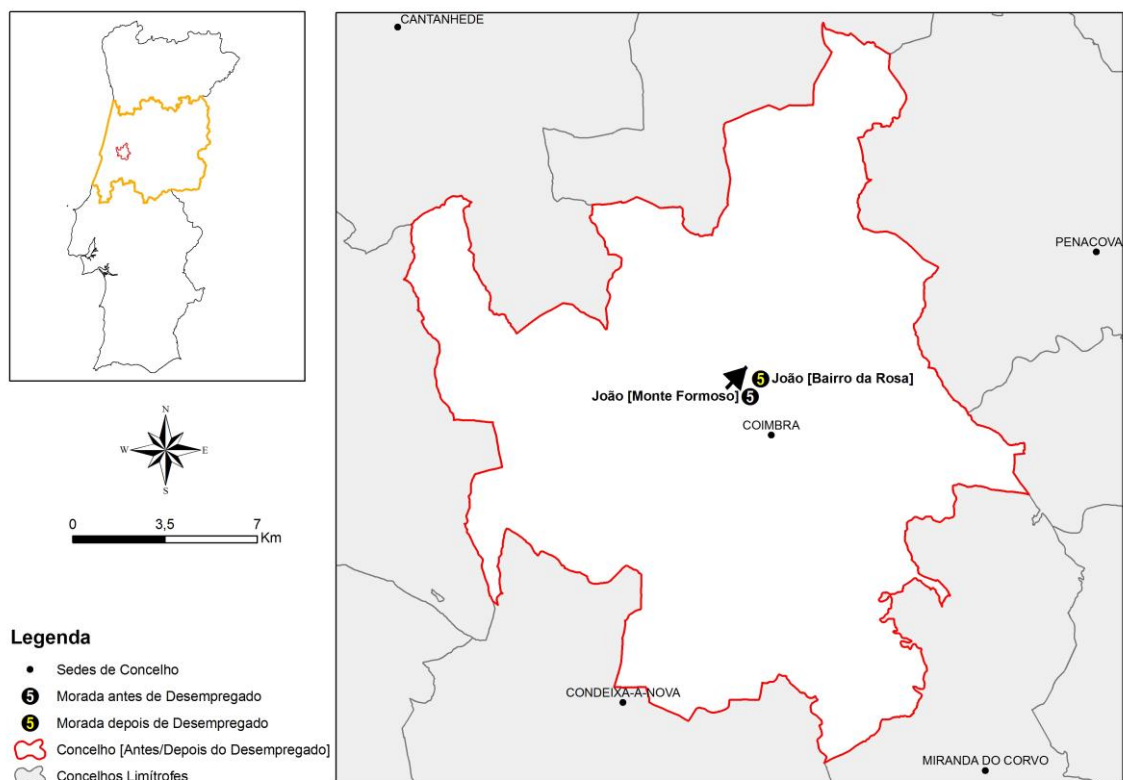


Figura 9: Mudança de residência do João.

Após ficar desempregado, mudou de local de residência, hoje vive no Bairro da Rosa (Coimbra), numa casa cedida pela Câmara Municipal de Coimbra.

A habitação social é também, grosso modo, uma constante nas cidades. Esta é destinada a pessoas com menos recursos e é, no geral, construída pelas autarquias. Estes bairros, dispersos no espaço urbano, tendem a localizar-se nas periferias. Estão associados a extensos, monótonos e idênticos edifícios, onde a construção é de fraca qualidade, o que se traduz na rápida degradação dos interiores e dos espaços exteriores.

A construção de bairros de habitação social, factor que parecia ter resultados favoráveis e eficazes, cujo objetivo era uma distribuição mais justa da população, teve como resultado toda a segregação visível em muitos bairros sociais contemporâneos. Não podemos atribuir a sua segregação apenas à sua desfavorável localização, pois para esta contribuem também outros fatores como o desemprego, a marginalidade, a discriminação e a pobreza. Em Coimbra, temos como exemplo de bairros sociais, o Bairro do Ingote e o Bairro da Rosa (Figura 10).



Figura 10: Bairro do Ingote (esquerda) e Bairro da Rosa (direita).

Localizados mais a Norte da cidade (figura 11), ambos os bairros, pertencem à freguesia de Eiras. Embora próximos um do outro, tem uma origem distinta: o Bairro do Ingote surgiu em 1977 e o Bairro da Rosa, mais recente, foi construído em 1996. Ambos foram construídos pela autarquia, tendo como objetivo o realojamento de pessoas com carências habitacionais, como forma de diminuir o aparecimento de casas ilegais ou mesmo espontâneas, como as “barracas”.

Tem uma localização afastada do centro da cidade, estando-lhe impresso um conceito estigmatizante de zona referenciada e conotada com o tráfico e o consumo de estupefacientes. As consequências destes fatores originam um sentimento de insegurança dentro dos bairros e que transparece para o exterior.

Os problemas sociais existentes nestes dois bairros derivam sobretudo, do facto de neles residir uma população de características comuns em termos de precariedade ao nível de condições socioeconómicas e, também, ao facto de nestes dois locais se concentrar um grande número de famílias de proveniências diversas. (Câmara Municipal de Coimbra, 2006).

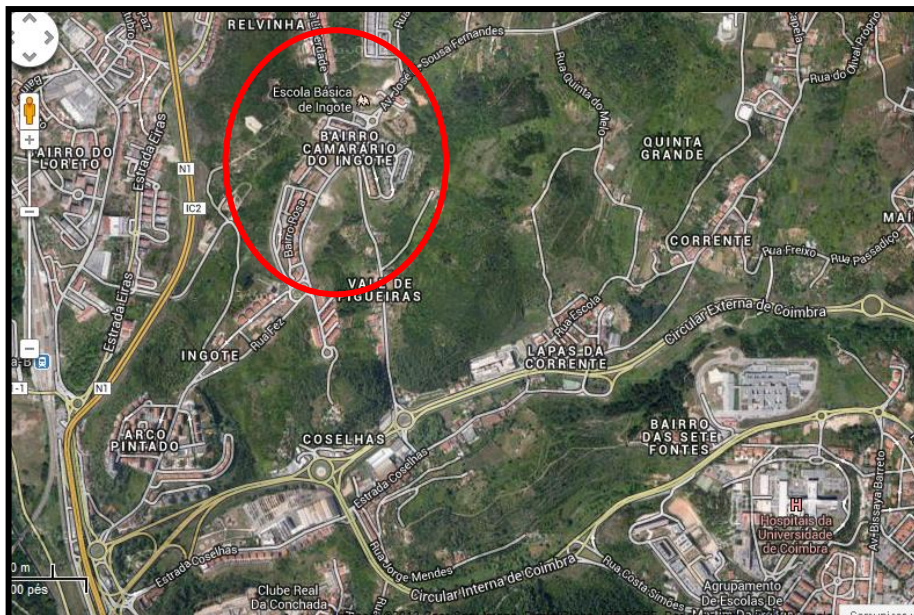


Figura 11: Localização do bairro do Ingote e Bairro da Rosa.

Fonte: Google Earth.

Embora não seja a solução ideal, para o João não será fácil mudar de residência nos próximos tempos, pois tal como ele nos diz: “o desemprego mudou tudo, é um desespero, é tudo diferente”.

Com todas as características referidas deste bairro, não será fácil aceitar este local como residência, até porque antes vivia num local mais calmo e com condições de segurança mais estáveis. Hoje, enquanto habitante do Bairro da Rosa, ele é envolvido diariamente com o estereótipo e preconceito do Bairro, ou seja, residir num local destes é uma desvalorização pessoal e familiar, é uma perda.

Também a Vera e a Maria não ficaram indiferentes a esta mudança nas suas vidas, fruto uma vez mais, do fator desemprego.

A Vera antes de ficar desempregada vivia em Cernache, depois passou a viver em Condeixa (Coimbra) (figura 12).

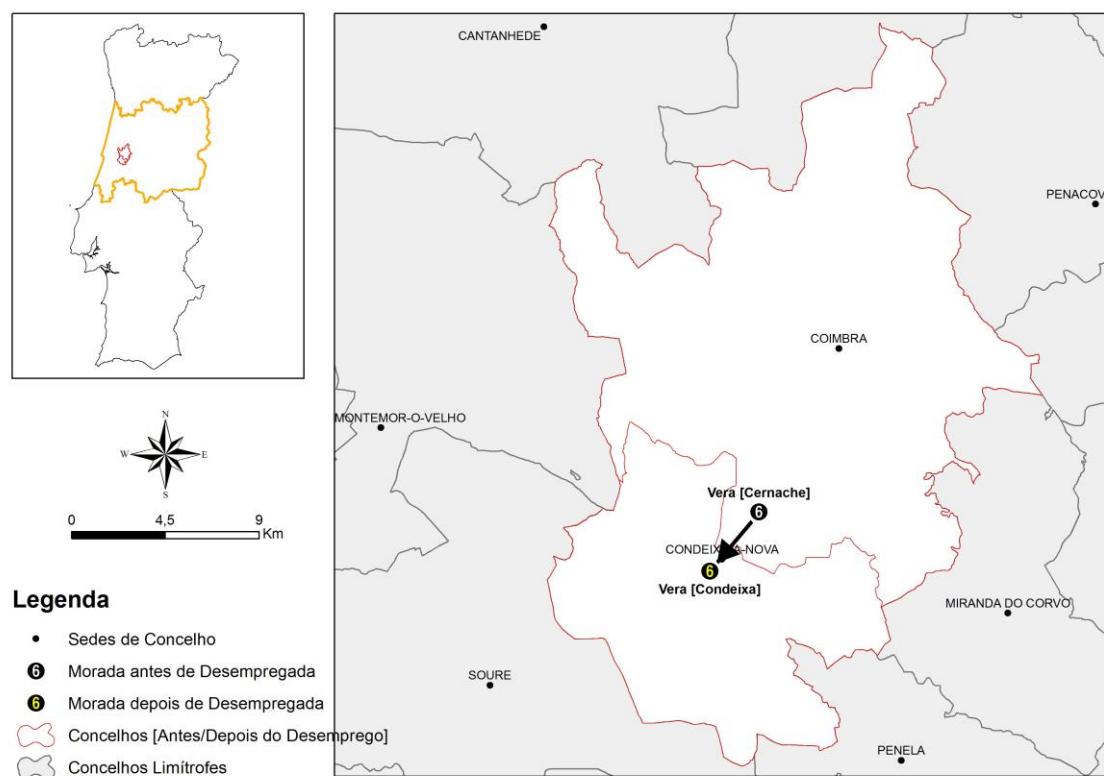


Figura 12: Mudança de residência da Vera.

Como foi referido, a Maria também mudou de residência. Antes morava em Pampilhosa da Serra (figura 13) município integrado na Região Centro (NUT I) e na Sub-região do Pinhal Interior Norte (NUT III), com cerca de 1300 habitantes. Era comerciante, vivia em casa própria e deslocava-se a pé para o local de trabalho.

Hoje a Maria vive em Cantanhede, integrado na Região Centro de Portugal Continental e na Sub-região do Baixo Mondego (NUT III), com cerca de 5 004 habitantes.

Aqui a Maria tem alguns familiares, motivo que a tenha levado a optar por este local como nova residência.

Por vezes a perda do emprego já estabilizado não é esperado e é nesse momento que este pode ser um choque. Se um desempregado tiver o apoio familiar a nível psicológico, afetivo e claro económico, este será encarado de maneira mais fácil.

Assim a família tem um papel importante e funciona como uma mola impulsiva, mesmo quando passamos por problemas ou dificuldades, como por exemplo nestes casos do desemprego tão evidentes hoje em dia, ou seja, os laços familiares intervêm nas escolhas/opções territoriais.

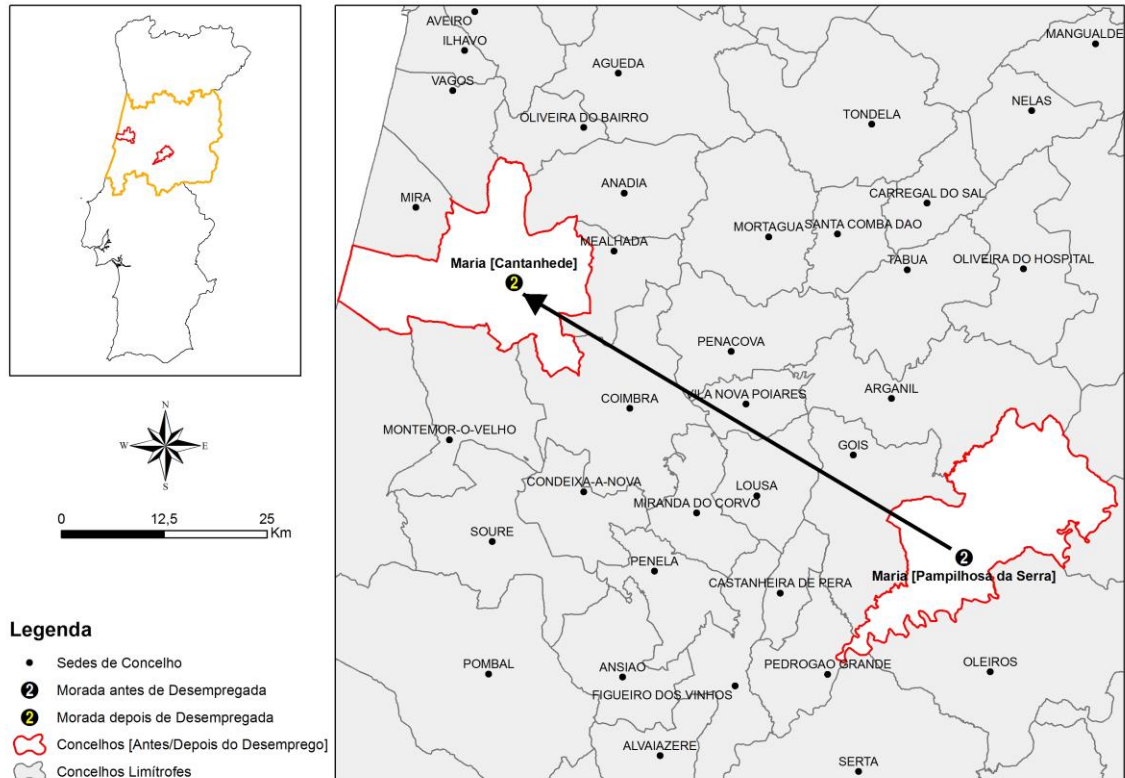


Figura 13: Mudança de residência da Maria.

Na figura 14, observa-se a mudança de residência da Ana desencadeada pelo desemprego. Assim, antes de ficar desempregada a Ana morava em Pampilhosa, numa casa que comprou, através de empréstimo bancário.

Com a crise instalada em Portugal desde o ano de 2008 e com o avolumar desta desde a intervenção do Fundo Monetário Internacional em 2011, devido às medidas de austeridade que têm vindo a ser impostas, como o corte nos subsídios e nos salários, os cortes nas pensões, o aumento dos impostos, as falências e consequente aumento do desemprego, cada vez mais as pessoas têm dificuldades em pagar as suas dívidas e os problemas bancários tendem a agravar-se.

A Ana não ficou indiferente a tudo isto. Quando o desemprego chegou teve que deixar a casa que tinha adquirido, uma vez que não conseguiu cumprir os encargos financeiros. Mudou-se para o local de Casal Comba no Concelho da Mealhada, para uma casa arrendada (figura 14).

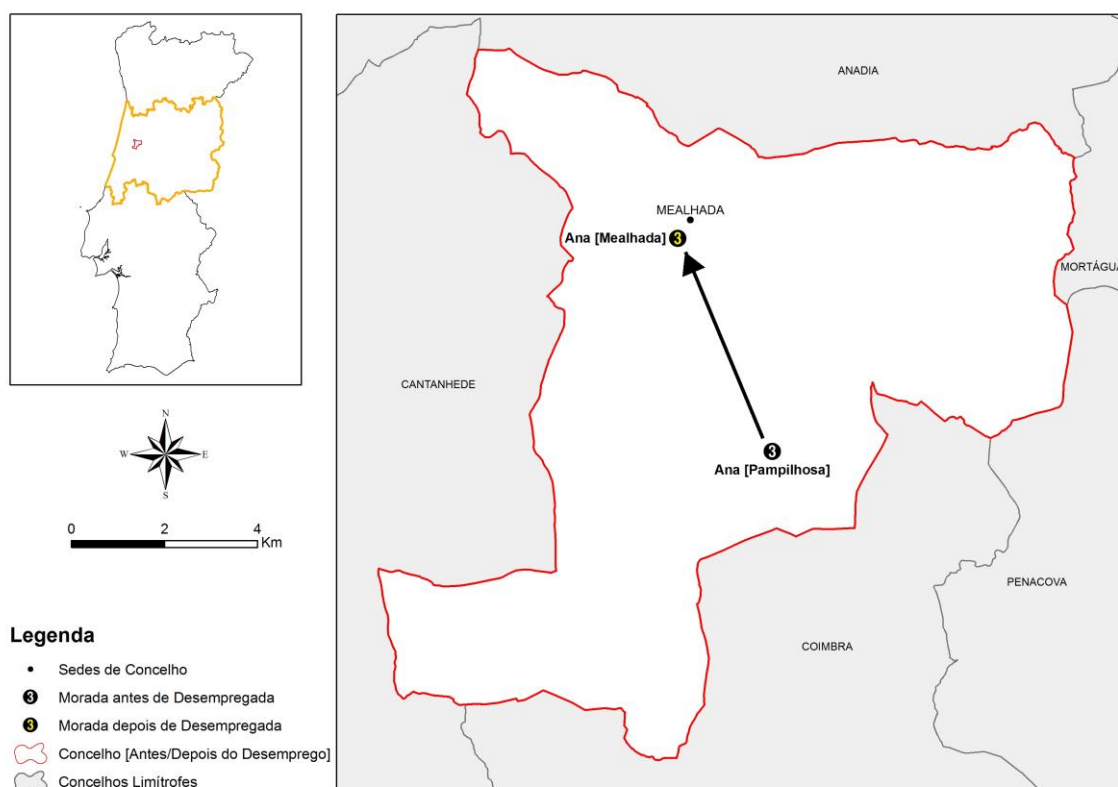


Figura 14: Mudança de residência da Ana.

Desta forma, o arrendamento tende a aumentar, pois mobiliza menos recursos financeiros e implica menos compromissos para o futuro, menos ligações e uma maior resiliência. Ao contrário da compra, que requer o pagamento de um valor inicial ao contrato de promessa compra e venda e de despesas com escritura e registo de hipotecas, o arrendamento apenas requer, em geral, o pagamento do primeiro mês de renda e de um depósito de garantia ou de uma caução.

Por outro lado, com as novas leis laborais, o arrendamento não prende o inquilino a um determinado local, favorecendo a mobilidade laboral. Facilita a mudança de residência por motivos profissionais, ou seja, o arrendamento não inviabiliza novas ofertas de trabalho que possam surgir noutros locais. Também permite adequar a

localização dos imóveis com a proximidade de todo um conjunto de infra-estruturas, como escolas, zonas verdes, entre outras infraestruturas.

Esta análise leva a pensar que o desemprego nas cidades é particularmente problemático onde a sobrevivência das famílias depende dos salários, inclusive para a habitação, que mesmo quando é própria, exige o pagamento das prestações dos empréstimos bancários.

A imagem seguinte demonstra o local de residência, por concelhos, dos indivíduos entrevistados antes de ficarem desempregados.

Assim, observa-se que o grupo residia nos concelhos de Anadia, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada e Pampilhosa da Serra.

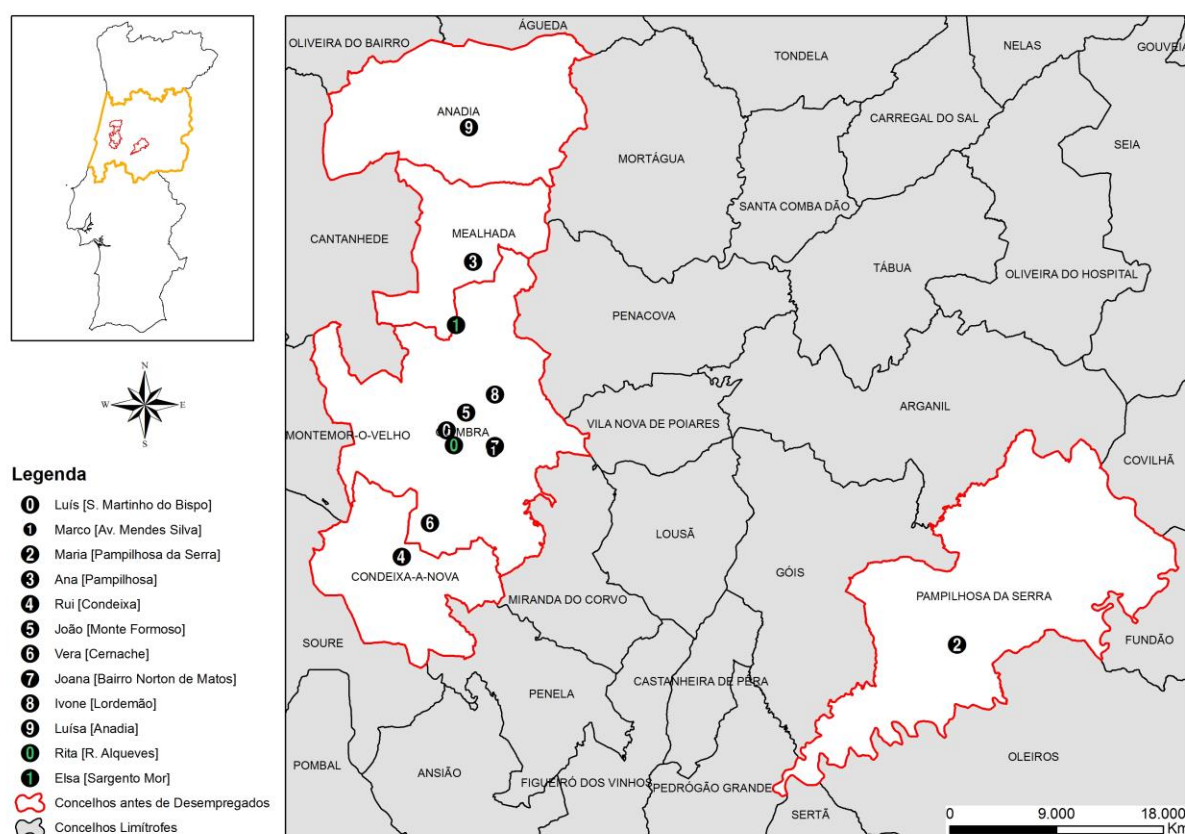


Figura 15: Residência dos entrevistados antes do desemprego.

A residência atual das pessoas entrevistadas depois que ficaram desempregadas, observa-se na figura 16. Com base nesta análise, os concelhos são: Anadia, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Mealhada.

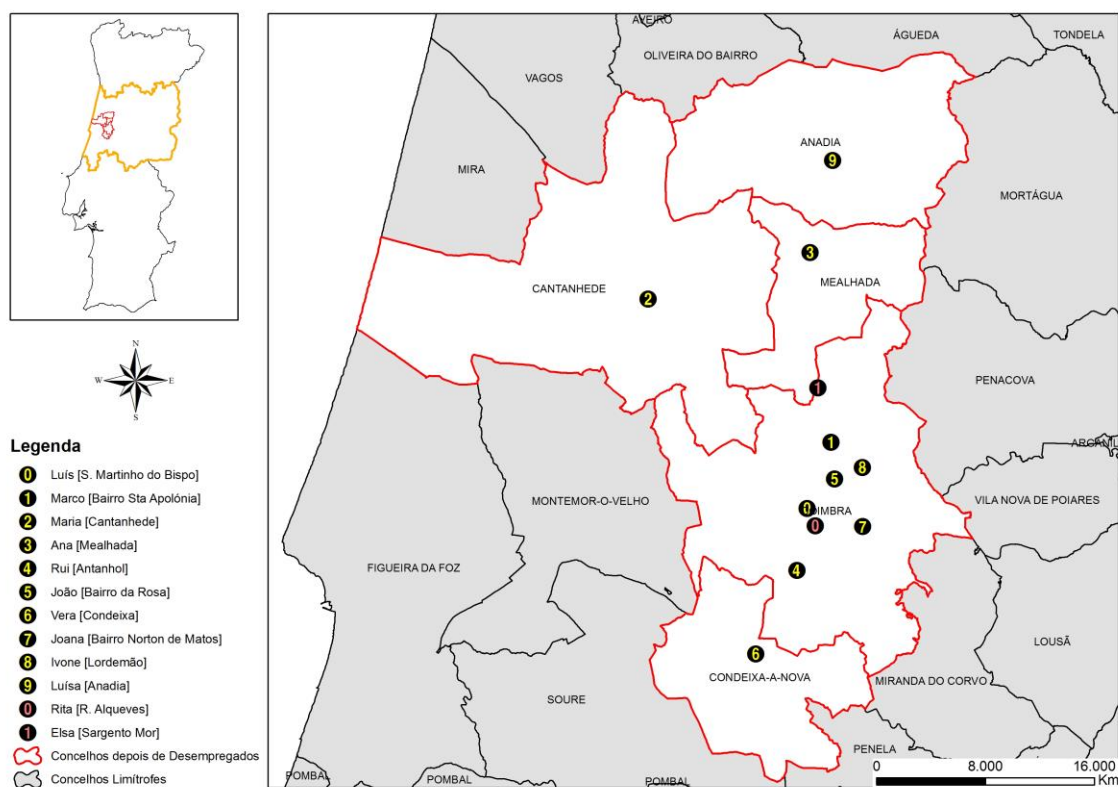


Figura 16: Morada do Grupo de entrevistados após o desemprego.

Neste momento, é oportuno referir que todo este vínculo, estes laços que se estabelecem com um determinado território, neste caso ainda com um maior apego que é a residência, como já foi referido tem um papel importante na vida de cada indivíduo. De certo que estes não se transferem de um lugar para o outro de forma tão simples, só porque é obrigatório mudar de residência, ou seja, pela força e obrigatoriedade da deslocação. Este pode ser entendido como um dos motivos fortes pelo que o processo de desterritorialização/reterritorialização se torna tão complexo, e por vezes não concluído, pois a topofilia mantém-se.

2.2. AS ROTINAS DIÁRIAS

O dia-a-dia destes indivíduos perante uma situação de desemprego sofreu alterações. Os indivíduos perdem o poder de estabelecer uma relação quer seja afetiva,

económica, neste caso mais evidente, ou mesmo de pertença. É através do contato com estes espaços que o homem cria o seu próprio território, a sua própria identidade.

Perante esta situação de desemprego os indivíduos perdem o acesso a estes territórios, que por sua vez, contribuem para a diminuição dos contatos sociais, do respeito por si e da auto-estima, levando mesmo a consequências psicológicas, como situações de frustração, depressão, ou até mesmo, situações de exclusão social e pobreza.

Tal como a Rita, uma das nossas colaboradoras, referiu: “... tento sobreviver, não é viver”.... A Rita antes de viver esta experiência do desemprego, tinha uma vida normal, saía de casa para beber o seu café, jantava e almoçava fora uma vez por semana e nos tempos livres fazia desporto num ginásio, onde pagava uma mensalidade. Pode dizer-se que conseguia viver, fazer a sua rotina da forma que conseguia, ter o seu espaço, ter acesso aos territórios que a sua situação financeira o permitia.

Agora a viver como desempregada, a Rita diz ...”tenho muitas dificuldades”... perdeu acesso a territórios, como por exemplo, beber um café que é um gesto tão típico português, almoçar e jantar fora de casa, está mesmo fora de questão, fruto da situação em que se encontra. ...”Saio menos de casa, sinto-me anti-social”..., continua a praticar desporto de vez em quando, mas agora ao ar livre, excluindo a hipótese da frequência de um ginásio. Ao falar com a Rita, sentia-se que as suas palavras mostravam uma perda de autoestima, uma falta de vontade de sair e estar com os outros, ... “sinto um grande vazio”..., diz a Rita. A privação financeira é aquela que assume maior destaque: consome-se menos, abdica-se de algumas coisas, corta-se ao máximo as necessidades indispensáveis, enfim vive-se o dia-a-dia, sem perspetivas de futuro. Para além dos problemas financeiros, o desemprego provoca a alteração das espacialidades sociais, do respeito por si e da autoestima.

O Luís também tem na sua memória as lembranças de uma vida estável, tal como ele refere: ...”eu sempre tive tudo, agora não tenho nada”... O Luís sempre desfrutou das boas coisas da vida e depois de um dia de trabalho aproveitava para sair e zelar pelo seu bem-estar físico ...”eu antes saía de casa fazia desporto, regressava, tomava um duche e depois saía com os amigos”... Nota-se que era um indivíduo que gostava de viver uns bons momentos de diversão e de partilha com os outros.

Agora perante a nova situação, o Luís sentiu-se obrigado a alterar a sua vida, uma vez que a falta de um salário obriga a ajustamentos, que por vezes são difíceis de aceitar. Como ele refere: ...”o desemprego alterou a minha rotina”..., ...”compro coisas com

menos qualidade, há menos dinheiro”..., ...”tenho menos autoestima”..., ...”sinto uma grande mágoa”....

Na verdade, a crise económica a que assistimos altera as prioridades no que diz respeito ao consumo, leva a que as pessoas comprem menos e mais barato. Os hábitos alimentares também mudam, empurrados pela crise, as famílias cortam nos gastos com a alimentação.

A Ana sempre definiu como prioridade o bem-estar dos filhos. Era emigrante em Nova-Iorque, mas pensou que o melhor para a sua família era regressar ao seu país, até porque seria o melhor para os seus filhos, nomeadamente para o de 6 anos.

Aqui desempenhou a função de auxiliar educativa e sempre que podia, dedicava o seu tempo livre ao filho, gostava de o levar ao parque infantil próximo de casa, mas muitas vezes ia ao cinema com ele.

Hoje na situação de desempregada, vive com o filho e para fazer face às despesas, faz um part-time a fazer limpezas. “Sinto muitas dificuldades”, “sinto que roubei o meu filho”. Continua a levar o filho ao parque, mas ir ao cinema, está fora de questão. Começam a faltar outros bens essenciais, como a alimentação: “O meu filho continua a fazer todas as refeições mas sem iogurtes e cereais”.

O Marco almoçava e jantava fora de casa, algumas vezes por semana. Gostava de sair à noite com os amigos. No entanto, também sentiu o reflexo do mesmo fenómeno: “é necessário a adaptação a uma nova realidade”. Para o Marco, neste momento, fazer refeições fora de casa, está fora do orçamento familiar. “Deixei de fazer certas coisas, como sair à noite com os amigos e fazer férias”.

Cada vez mais, as refeições são tomadas em casa. De tal maneira que almoçar ou jantar fora, só mesmo quando necessário.

Todo este conjunto de dificuldades a nível financeiro, ligadas ao desemprego são compensadas, pela limitação dos gastos, isto é pela redução de consumo. As famílias restringem as suas despesas. As mudanças mais importantes têm a ver com as despesas julgadas inúteis: os lazeres são limitados e as saídas têm uma tendência para mudar, sendo as compras realizadas em função das estritas necessidades. Por vezes, até se põe em causa a compra de produtos de primeira necessidade.

Na realidade, o despedimento levou à perda de um rendimento indispensável para a família, originando que todas as condições de alojamento, alimentação ou mesmo de saúde diminuam.

As rotinas diárias destes indivíduos passam pelo isolamento no espaço doméstico, actividades ocupacionais como forma de “vencer” o tempo. Em relação à percepção que têm da sua condição, revelam sentimentos de desvalorização e angústia, além de se sentirem discriminados pelos olhares exteriores.

A sucessão de ruturas e privações resultantes do desemprego levam a uma degradação (na maior parte das vezes a um agravamento) do nível de vida, um afastamento da vida social, a alterações das geografias espaciais, a um confinamento espacial.

2.3. AS FÉRIAS

É inevitável referir que o trabalho é uma ferramenta fundamental para o homem, uma vez que ele precisa trabalhar para obter o alimento, que é sua principal necessidade. Este apresenta-se como um marco histórico e determinante da organização social, económica, política e cultural.

A Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, modificou todo o contexto no Mundo do Trabalho: a invenção de máquinas que substituía a mão-de-obra de muitos homens, mudanças nos métodos (como taylorismo e fordismo) e nas relações entre patrão e empregado. Estas transformações exigiram o aperfeiçoamento e adaptação das leis trabalhistas, incluindo o direito ao lazer.

Esta sistematização do direito do trabalho, a restrição do tempo laboral, férias, folgas, deu origem ao direito do lazer, que tem funções essenciais para qualidade de vida, desenvolvimento social e psicológico do ser humano. De uma maneira simples ou complexa, a um nível baixo ou elevado, as actividades de lazer proporcionam, por um breve tempo, a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequência, estão ausentes nas suas rotinas habituais da vida. A sua função não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, uma libertação das tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental. O carácter essencial do seu efeito catártico é a restauração do tónus mental normal através de uma perturbação temporária e passageira da excitação agradável (ELIAS, 1992).

Além de procurar o prazer, a diversão, o lazer deve possibilitar ao trabalhador um paragem para pensar, refletir, possibilitando que ele se encontre consigo próprio, com a sua realidade social, com os conflitos e crises que o interpõem. O momento de lazer pode ser o

único em que o trabalhador se sente apto a questionar a sua realidade social, podendo ter como função principal a sua consciencialização. "...O lazer classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência. Este, aliás, é identificado com frequência com o prazer, o qual também se atribui uma avaliação negativa na escala de valores nominal das sociedades industriais" (ELIAS, 1992).

O tempo de descanso, após um ano de trabalho, muitas vezes carregado de dificuldades, com sofrimento à mistura e sem os resultados desejados, é então, a oportunidade de recuperar forças, rumar a outras paragens, ver outros lugares, conhecer outras culturas, contatar com outras pessoas, viver outras experiências, experimentar outros sabores, um sem número de coisas que uma viagem pode proporcionar.

Cada lugar possui a sua identidade que lhe é conferida pelas características da geografia física (clima, relevo, hidrografia e vegetação) aliadas às suas características culturais (arquitectura, gastronomia, folclore, entre outros). É a especificidade de cada lugar, o seu património que lhes conferirá o seu carácter turístico.

O desenvolvimento dos transportes e das comunicações que alteram as distâncias, com menos tempo de percurso e com custos mais baixos, são fatores que facilitam a mobilidade das pessoas e de bens.

Assim, a mobilidade associada ao lazer não só aumenta como também se diversifica, além de diversificar também os espaços.

Desta forma, o lazer vai gerar segregações espaciais, que entre outros fatores dependem do poder económico, do tempo livre e da cultura de cada indivíduo.

A atividade turística é nos dias de hoje um símbolo de bem-estar económico e social, um fenómeno que faz parte da sociedade de consumo.

Nos países desenvolvidos, viajar ou fazer turismo, é cada vez mais um valor simbólico quer para quem o faz, quer para os grupos sociais que não lhe têm acesso.

Viajar, ou fazer turismo torna-se, assim um fenómeno cultural, um dos símbolos da sociedade de bem-estar (CRAVIDÃO, 1996).

A figura 17 mostra os locais de férias que os entrevistados referiram como destino, antes de ficarem desempregados. Tal como podemos observar na figura, os destinos assinalados são Figueira da Foz, Peniche, Algarve, França e Sul de Espanha.

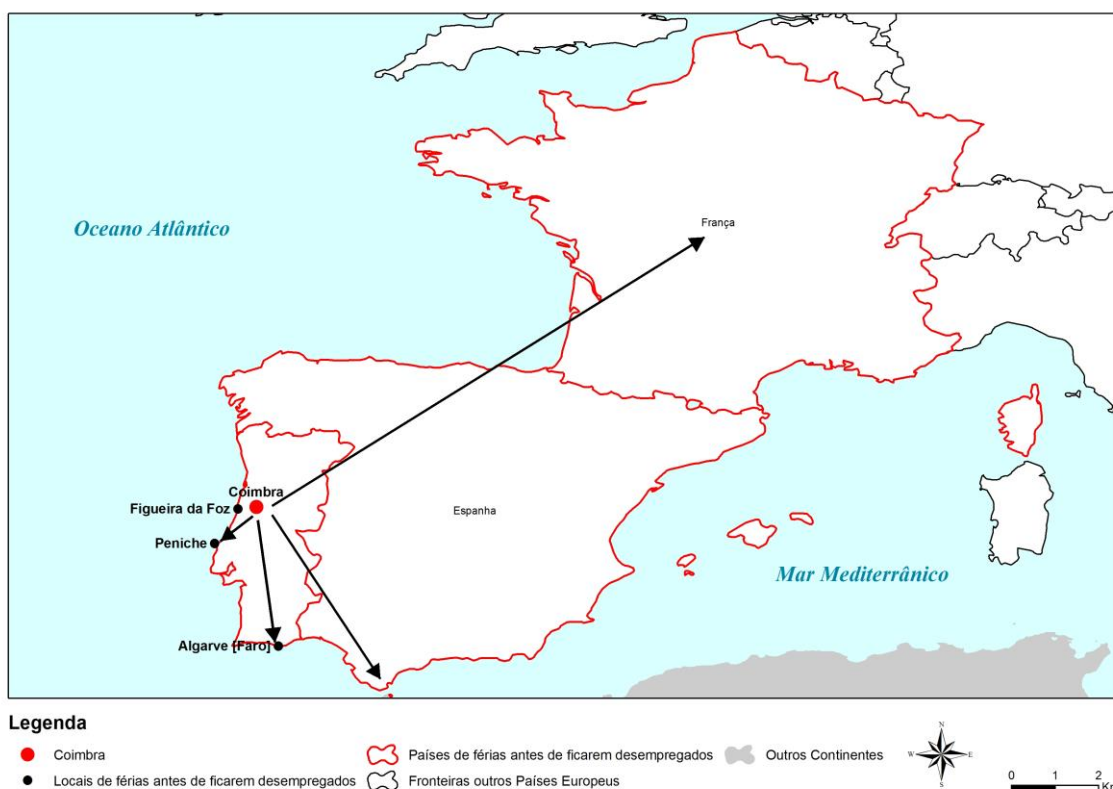


Figura 17: Férias habituais antes de ficarem desempregados.

Das pessoas entrevistadas, o Algarve foi o destino de férias mais escolhido. Com as características atrativas do Algarve, considerado sobretudo por ser uma região com uma diversidade de grande riqueza, designadamente as praias, a paisagem, entre outros, de importância decisiva para o bem-estar dos turistas que visitam nas diversas alturas do ano. O clima por ter características mediterrâneas com invernos suaves e verões quentes e secos (a temperatura média do ar situa-se entre os 12,2° no inverno (janeiro) e os 30° no verão (agosto), com amplitudes térmicas anuais curtas e pequenas quedas de precipitação, sendo as áreas de temperaturas mais baixas as serras. A temperatura da água do mar oscila entre os 14,3° em janeiro e os 21,3° em setembro.

Sem dúvida que o Algarve foi um dos destinos mais selecionados, sobretudo pela época estival. Dos entrevistados, cinco faziam férias no Algarve: a Joana instalava-se numa casa arrendada durante quinze dias; A Elsa ficava oito a dez dias; a Maria e a Ivone durante uma semana instaladas num hotel. Ainda no Algarve, o Rui, de forma diferente, procurava parques de campismo, normalmente, ficava dez dias, destacou Monte Gordo e Peniche.

O campismo é uma das atividades praticadas ao ar livre, que de forma informal e simples, associa-se à prática de turismo de lazer ou turismo desportivo, sendo considerado nos dias de hoje, um dos meios mais saudáveis e mais económicos para passar férias, uma vez que o contato permanente com a natureza e os preços a ele associados são fatores de grande atratividade e que proporcionam umas boas férias ao ar livre.

Peniche é uma zona de grandes recursos naturais e paisagísticos, com um vasto património histórico, cultural e religioso. Desde as praias existentes ao longo de toda a costa, ideais para a prática de desportos náuticos, ao património cultural, onde se destacam as fortificações e monumentos religiosos, Peniche apresenta uma diversidade de recursos turísticos onde se inclui uma gastronomia rica e variada dominada pelos pratos de peixe e marisco e um artesanato diversificado onde se destacam as famosas rendas de bilros. Oferece diversas formas de alojamento, desde unidades de turismo no espaço rural, a hospedarias, parques de campismo e modernos. Peniche é um local conhecido internacionalmente pelas condições excecionais que possui para a prática de desportos náuticos, tais como surf, bodyboard ou o mergulho (Câmara Municipal de Peniche, 2013).

Monte Gordo é uma freguesia do concelho de Vila Real de Santo António. Com uma extensa praia, um clima ameno e várias zonas pedonais, em calçada portuguesa, é um dos principais destinos turísticos do Algarve. Oferece, para além da praia, outras atividades de lazer, como o casino, e um grande número de bares e de restaurantes onde poderá apreciar a gastronomia algarvia, rica em peixe e mariscos (Câmara Municipal de Vila real de santo António).

Outro dos locais destacados como destino de férias pelos entrevistados, foi a Figueira da Foz. A Ana ficava durante quinze dias em casa arrendada e a Rita ficava durante um mês no parque de campismo. A Vera, por ser um local de proximidade, preferia ir e vir no mesmo dia. A Figueira da Foz é conhecida por ser considerada a "Rainha da Costa de Prata" pelas suas praias extensas. Localizada no centro do País, no distrito de Coimbra, cercada de boas acessibilidades que facilitam o rápido acesso a qualquer outra zona do país. É um centro turístico importante de Portugal, além de outras atratividades, dispõem de um dos maiores casinos do país e único na região Centro (Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2013)

Também o exterior do país era selecionado para a escolha de férias habituais, como França e o Sul de Espanha.

O Sul de Espanha não ficava indiferente no momento de escolher um destino mais longínquo para o período estival. As praias, as planícies, os lagos e rios estão na linha da

frente da paisagem espanhola, onde também se encontra uma costa extensa banhada por um mar quente, com parques naturais como o de Doñana.

A Maria e a Ivone não ficavam indiferentes a tudo isto, optando por escolher o Sul de Espanha como local de destino para desfrutarem de uma semana de férias e onde se instalavam num hotel. Também a Luísa ficava durante quinze dias, para melhor aproveitar todos estes recursos da região espanhola.

No entanto, não só a praia é eleita como destino de férias, pois há quem prefira outros locais com temperaturas mais frias, como é o caso do Luís que fazia ski durante uma semana em França.

Estas opções revelam um determinado conforto que é suportado por algum capital de mobilidade. No entanto, tudo isto é reversível quando se é surpreendido por uma situação de desemprego, onde os recursos financeiros são afetados. Desta forma, há uma obrigação nos reajustamentos, logo as férias são um elemento a dispensar, pois todos os indivíduos referiram que deixaram de fazer férias. Nesta fase das suas vidas, pensar em férias é uma questão que está fora dos planos de cada um deles. “...Agora não vou de férias”... foi uma expressão comum a todos.

2.4. O QUOTIDIANO DOS DESEMPREGADOS

Neste ponto, vamos perceber como é que estes indivíduos, enquanto desempregados passam o seu dia-a-dia. Pessoas que enfrentam uma realidade de dificuldades, alguém que de um dia para o outro perdeu o seu emprego.

A figura seguinte mostra os principais percursos diários realizados por estas pessoas, que saem das suas casas em direção ao CECOIA, para mais um dia de aprendizagem e mais uma tentativa de alcançar o tão esperado, adquirir conhecimentos para tentar minimizar as dificuldades de encontrarem outro trabalho, outra ocupação.

Na instituição referida, todos têm problemas idênticos, vivem uma realidade muito parecida, não precisam de se esconder, de fugir, de sentir vergonha. Os percursos identificados na figura 18 são uma consequência do desemprego.

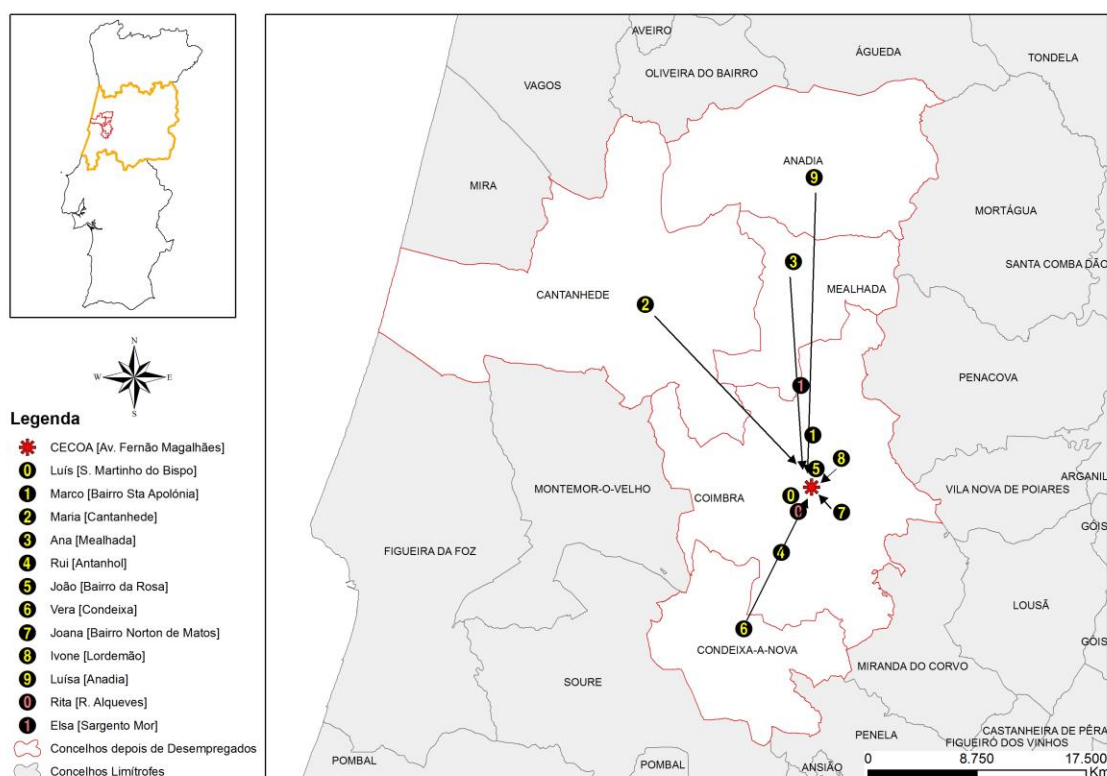


Figura 18: CECOA, Av. Fernão de Magalhães, Coimbra.

Ao observar os movimentos destes indivíduos, verifica-se que o desemprego provoca um grande impacto na sociedade, originando situações de pobreza, perda de *status*, uma perda de rotina diária e disciplina temporal. Na verdade, este é um problema social que não resulta exclusivamente da incapacidade de cada indivíduo, mas sobretudo das mudanças económicas, sociais e tecnológicas que têm vindo a ocorrer nos últimos anos.

Cada uma destas pessoas tenta adaptar-se a esta nova realidade, uns de forma mais resiliente que outros, mas todos tentam encontrar um novo percurso, é o início de um outro processo, o de reterritorialização. O problema que surge no momento é saber se todos o conseguem realizar de forma contínua e absoluta. Nesta etapa das suas vidas e de acordo com o contexto económico atual, certamente que será um processo difícil, mas não impossível.

Quando se observa a figura anterior, a imagem faz lembrar palavras como restrição, limitação, delimitação mas sobretudo um encolhimento espacial. Isto é o reflexo de um país com um desenvolvimento desigual no interior de uma economia globalizada, fragmentado e

inseguro do ponto de vista económico, pois o desemprego pode despertar a qualquer momento e faz parte do dia-a-dia de muitos indivíduos.

Na verdade, o trabalho não é só o meio para assegurar a vida material, é também, uma forma de encontrar pessoas. Observa-se que a existência destes enquanto desempregadas é marcada por uma imobilidade, uma apatia. Embora o tempo disponível tenha aumentado, pudemos constatar através dos seus testemunhos que, os desempregados possuem uma dificuldade em aproveitar o tempo disponível, realizando atividades construtivas para si e para as pessoas de sua convivência, vivendo portanto, um tempo ocioso e sem gratificações. Nestes indivíduos a condição de desempregado gera um sentimento de perda de qualificação social, uma sensação de estar inferior em relação às expectativas de seus familiares e amigos, o que resulta num isolamento sobre si mesmo, na diminuição da sua participação em atividades culturais e sociais, ou seja, vivem um processo de distanciamento social e espacial.

O desemprego é também um problema coletivo, não apenas pessoal ou familiar, pois o salário é um dos principais instrumentos de redistribuição de riqueza. É um ciclo, pois o aumento deste implica menos salários e menos redistribuição.

Desta forma ter um emprego corresponde a ter um espaço na sociedade mesmo que esse lugar não seja muito reconhecido ou valorizado socialmente. Ser desempregado, significa na maioria das vezes estar sem suporte, sem proteção, ao mesmo tempo, viver num estado de dependência que tem tendência a agravar-se, especialmente nas populações já de si carenciadas e com baixas qualificações. Assim, tal como já foi referido, o trabalho permanece como a principal via de subsistência, de preservação da autoestima e da busca de reconhecimento social.

3. DESEMPREGO E ESTRATÉGIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO VERSUS RETERRITORIALIZAÇÃO

É certo que para o homem é fundamental a existência de um território, de um recurso físico, de um espaço, com o qual mantenha uma relação, quer seja, como fonte de rendimento, como sentimento de pertença e/ ou de segurança. Todo o ser humano necessita de se territorializar, de possuir um espaço e de se identificar com ele, pois é a partir dele que o homem define a sua identidade.

As ligações que são estabelecidas com o território estão sujeitas a riscos, como por exemplo, a guerra, os projetos de desenvolvimento, as crises económicas, o desemprego, como também os incêndios, sismos, cheias, erupções, entre outros, são alguns fatores que podem quebrar a relação topofílica, dando origem a processos de desterritorialização (Haesbaert, 2004).

Assim, a desterritorialização é um processo que se caracteriza por uma rotura da relação que um indivíduo tem com o território, ou seja, é uma quebra topofílica. No entanto, prevê-se que a este processo esteja implícito um outro, o de reterritorialização, que, por sua vez, pode ser completo ou incompleto, lento ou mais rápido.

Desta forma, a desterritorialização associada ao desemprego, pode conduzir a um afastamento das populações em relação aos recursos locais, dos territórios simbólicos e de identidade, alteração das geografias espaciais, alteração das territorialidades, há uma redução do capital da mobilidade.

Neste contexto, tendo em conta as tipologias apuradas em relação aos entrevistados desempregados, é de referir que se trata de um exemplo, de um nicho da população desempregada em Portugal e que de forma alguma podemos generalizar estas experiências de vida. Estes são algumas das múltiplas situações que abrangem esta população que faz parte da percentagem dos desempregados, ou seja, fazem parte daqueles que por um motivo ou outro são vítimas do desemprego.

Neste caso concreto, e na obrigação de mudarem de casa, pelos motivos já mencionados, desencadeou-se um processo de desterritorialização, quando saíram de suas casas e iniciaram a reterritorialização quando foram realojados noutros locais.

Segundo Rogério Haesbaert (2004), estamos perante um processo de desterritorialização *ex situ*, (existiu a deslocação dos indivíduos que perderam as suas referências espaciais, neste caso, houve a mudança de residência) onde ocorreu um desenraizamento por deslocação do indivíduo.

Desta forma verifica-se que a mobilidade pode andar de mãos dadas com a desterritorialização, a falta de opção, a insegurança (principalmente frente ao emprego) e a perda de controlo sobre os seus espaços de vida (HAESBAERT, 2004).

A deslocação destes indivíduos de um local de residência para outro origina um confinamento, pois as relações individuais com o espaço também são atingidas, na medida em que há uma mudança nos espaços de relação e de sociabilidade, pelo desconhecimento do novo local, o que leva a um encolhimento espacial.

Embora o ser humano tenha uma grande capacidade de adaptação a novos territórios, novas paisagens, novos paradigmas, esta depende de cada indivíduo e da sua vulnerabilidade.

Na verdade qualquer processo de desterritorialização/ reterritorialização é difícil e complexo, além da sua duração e conclusão ser muito subjetiva.

Com base na informação recolhida nas entrevistas, cada um tenta adaptar-se à mudança, de forma mais ou menos resiliente, pois para alguns foi bastante complicado, por fatores como, a mudança de residência para locais completamente diferentes do ponto de vista social, económico e cultural, o ter que dividir a casa com outros familiares; outras situações surgiram como o deixar de fazer férias, o que era considerado para alguns deles, um elemento fundamental na organização da sua vida; outras conjunturas, como as rotinas diárias (como por exemplo, jantar e beber café fora de casa) sofreram alterações, deixando de ser praticadas, o que revela uma quebra de vínculos, de acesso a territórios.

Neste caso específico da mudança de residência, certamente que as pessoas não irão estabelecer um vínculo com o novo território só porque são forçadas a residir nele, pois a topofilia é o laço, o vínculo, o afeto que tem com um determinado território, indo para além do simples lugar.

Assim, todo este vínculo que se estabelece, estes laços, não se transferem de um lugar para o outro de forma tão simples, só porque é obrigatório mudar de residência, ou seja, pela força e obrigatoriedade da deslocação. É desta forma que o processo de desterritorialização/reterritorialização se torna tão complexo, e por vezes não concluído, pois a topofilia mantém-se.

Desta forma pensamos nós, enquanto geógrafos, que na verdade o desemprego de uma forma ou de outra, provoca alterações, altera territórios, quer sejam de carácter de maior ou menor necessidade, isto é, há um encolhimento das opções.

É evidente que estes testemunhos foram os possíveis, fazem parte do número de desempregados que não emigraram, que procuram no seu país uma nova oportunidade,

pois evidentemente que existem outras realidades que nós não conseguimos desvendar por motivos já referidos.

Com este trabalho, foi nossa intenção demonstrar que as geografias pessoais mudam os territórios de cada um, sofrem alterações. Embora não tenhamos conseguido mostrar todos os exemplos característicos deste fenómeno, observa-se que há realmente, um encolhimento espacial e a ele associado todo um conjunto de reajustamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo atual, a precariedade territorial é uma realidade, seja por conflitos, por condições atmosféricas severas, por sismos, ou por desemprego e crise económica, tão presente e que tantos processos de desterritorialização têm originado.

De todos os fatores que estão na origem dos processos de desterritorialização, o desemprego, é um exemplo que provoca alterações nas territorialidades pessoais.

Certo é que nas sociedades contemporâneas, o ter um emprego, um trabalho, assume um papel central nas vivências e nos modos de vida dos indivíduos, além de ser também um dos componentes da construção da identidade. Atualmente é uma referência dominante do ponto de vista económico, psicológico, cultural e simbólico.

Como se verificou, a ausência de participação em qualquer atividade é, à partida, um momento que cria tensões e transformações nestas pessoas, quer ao nível do isolamento relacional e da perda de acesso a determinados territórios (como por exemplo, a mudança de residência e perda de acesso a férias).

O emprego para além de se afirmar como a segurança material e financeira, das relações sociais, da organização do tempo dos espaços e da identidade, é também um fator importante para gerir a vida de forma a ter acesso a territórios que permitam a satisfação e valorização pessoal.

Exercer uma actividade profissional é um indicador do estatuto social ou da construção da identidade de cada pessoa. Esta é construída com base no trabalho que se exerce, com o local e casa onde se mora, com os locais que se frequentam, com os hábitos e padrões de consumo que estabelecem e com a família a que se pertence.

Agora a iniciarem um novo ciclo das suas vidas, iniciaram um outro processo o de reterritorialização. Como se pôde observar, este não será de todo fácil, pois com a atual conjuntura económica, certo é, que este será um processo moroso.

Esta tese mostra como a Geografia pode contribuir para o estudo deste problema importante e atual que é o desemprego.

Como já foi referido, esta investigação é um ensaio metodológico, não trabalhou com uma amostra universal, mas pretende sobretudo, chamar a atenção para uma ou outra faceta geográfica desta questão atual.

BIBLIOGRAFIA

- APPADURAI, Árgon (2004): Dimensões Culturais da Globalização; Editorial Teorema; Lisboa.
- APPLEBAUM, Anne (2005): Gulag – Uma História; Civilização Editora; Porto.
- BAILLY, Antoine, SCARIATI, Renato e SIMÕES, José Manuel (2009): Viagem à Geografia: Uma Geografia para o mundo, uma Geografia para todos.
- BARLACH, Lisete (2005): O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito; Instituto de Psicologia; São Paulo.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (2007): Exclusões Sociais. Lisboa, 6ªedição, cadernos democráticos, nº2: Fundação Mário Soares; Gradiva Publicações.
- CARTAXO, José Ernesto (2004): O emprego no centro das preocupações; in 10º Congresso da CGTP-IN; 30 e 31 de Janeiro de 2004.
- CHESNAIS, F.(1999): A Mundialização Financeira: génese, custos e riscos. São Paulo: Xamã.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1996): Mobilidade, lazer e Território; Cadernos de Geografia nº15, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. (1992): A busca da Excitação. Difel. Viseu.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008): A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo; in I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural; Povia de Varzim (pp.423-447).

- FERNANDES, João Luís Jesus (2008): Insegurança ambiental e migrações. Contributo para uma sistematização de conceitos; in Quinto Encuentro Migraciones, causas y consecuencias; Eumed.Net; Universidad de Málaga.

- FERNANDES, João Luís Jesus (2008a): O desenvolvimento como domínio da multiterritorialidade: o caso da região de Leiria; in 4º Congresso Região de Leiria: Inovação e Oportunidades; ADLEI; Leiria.

- FERNANDES, João Luís Jesus (2008): Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens; in Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo; Eumed.Net; Universidad de Málaga; Espanha.

- FERNANDES, João Luís Jesus (1996): O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho – o olhar de um geógrafo; Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra.

- FERRÃO, João (1991 – 2001): Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal

- FRIEDMAN, Thomas L. (2005): O mundo é plano. Uma História breve do século XXI; Actual Editora; Lisboa.

- GIDDENS, Anthony (1992): As consequências da Modernidade; Oeiras; Celta Editora.

- GIRÃO, Aristides de Amorim e VELHO, Fernanda de Oliveira Lopes (1944): I- Evolução Demográfica e ocupação do Uso do Solo Continental (1840- 1940). Estudos da População Portuguesa, Publicações do centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- HAESBAERT, Rogério (2004): O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidad:.. Bertrand Brasil.

- HAESBAERT, Rogério (2002): Territórios Alternativos. Editora Contexto.

- HAESBAERT, Rogério (1995): Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados; in Iná Elias de Castro et al, Geografia: conceitos e temas; Bertrand Brasil; Rio de Janeiro.

- HAESBAERT, Rogério (2004a): Território e Multiterritorialidade: um debate in Geographia nº17; Brasil.

- HAESBAERT, Rogério (1999): O território em tempos de globalização; in Revista Geo UERJ, vol. 3 (5); Rio de Janeiro, Brasil.

- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester (2007): O território em tempos de globalização; in etc., espaço, tempo e crítica – revista electrónica de Ciências Sociais.

- HARVEY, David (1989): A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna: In A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.

- GIDDENS, Anthony (1992): As Consequências da Modernidade; Celta Editora; Oeiras.

- LAKATOS, E, M; MARCONI, M.(1999): A. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas.

- LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.

- OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos (2011): Processos de desterritorialização e Filiação do Lugar: o caso da Aldeia da Luz; Dissertação de Mestrado na área de Geografia Humana, especialização em ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Coimbra sob orientação do Professor Doutor João Luís Fernandes.

- ORTIZ, Renato (1994): Mundialização e cultura. 2. ed. São Paulo; Brasiliense.

- PEREIRA, Denise de Castro PUC-MG e CARRIERI, Alexandre de Pádua, UFMG; Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações; Fórum – Gestão no Brasil: Enfocando Processos e relacionamentos. RAE electrónica, V.4,n.1, Art. 13, Jan./Jul.2005.

- RAFFESTIN, Claude (1993): Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

- RODRIGUES, B. M. & RODRIGUES, H. (1987). Consulta psicológica e Desemprego. Cadernos de Consulta Psicológica, 3, 123-126.

- SACK, R. (1986): Human Territoriality: its theory and history; Cambridge: University Press.

- SANTOS, Ana Filipa Estrela (2010): Desemprego e Trajetos de Exclusão Social: Um estágio interventivo nos bairros da Vertente Sul; Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, na área específica de Políticas Públicas e Desigualdades Sociais, apresentado à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, sob orientação da Mestra Benedita Lima e o Professor Doutor Casimiro Balsa.

- SANTOS, Boaventura de Sousa ((org.) (2001)) : Globalização: Fatalidade ou Utopia? Porto: Afrontamento.

- SANTOS, Fernando Teigão (2009): Territórios Resilientes enquanto Orientação de Planeamento. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

- SANTOS, M. SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) (1993): Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002 b. França. São Paulo: Ática.

- TUAN, Yi-Fu (1980): Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente; São Paulo: Difel; UERJ, vol.3 (5); Rio de Janeiro, Brasil.

Fontes electrónicas:

<http://www.cm-coimbra.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://europa.eu/publications/statistics>

<http://epp.eurostat.ec.europa.pt>

<http://www.publico.pt>

www.cm-vrsa.pt

<http://www.cm-peniche.pt>

<http://www.figueiradigital.com>

<http://www.cidadeturismo.com>

ANEXO

A presente entrevista realiza-se no contexto da *Tese de Mestrado em Geografia Humana - Ordenamento do Território e Desenvolvimento*, lecionada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A problemática em análise consiste *nos ciclos socioeconómicos e na reorganização das territorialidades pessoais: perda de capital económico e dinâmicas de desterritorialização*.

Dados Biográficos:

Idade: Sexo: M / F Estado civil:

Naturalidade:

Habilitações Literárias:

Antes de ficar desempregado(a):

1. Onde morava?
2. Onde trabalhava? Anos de trabalho?
3. Como se deslocava para o seu local de trabalho?
4. Onde passava o fim-de-semana?
5. Costumava almoçar ou jantar fora?
 - a. Quantas vezes por semana?
 - b. A que distância de casa?
6. Que café costumava frequentar?
 - a. Do bairro, da rua, por exemplo.
 - b. E a que distância de sua casa?
 - c. Com que frequência?
7. Onde vai passar as férias?
 - a. Fora ou dentro do país?
 - b. Casa arrendada, de amigos ou através de agência de viagens?
 - c. Em média quantos dias por ano?
8. Tem filhos?
9. Onde estudam?
10. Praticam atividades extracurriculares? Quais?

Ocupação dos tempos livres (lazer)

1. O que costumava fazer?
 2. Onde costumava ir?
 3. Quantas vezes por semana?
-

Depois que ficou desempregado(a): O que mudou

1. Que tipo de mudanças o desemprego provocou na sua vida?
2. Continua a morar no mesmo local?
3. Onde passa o fim-de-semana?
4. Costuma almoçar ou jantar fora?
 - a. Quantas vezes por semana?
 - b. A que distância de casa?
5. Que café que costuma frequentar?
 - a. Do bairro, da rua, por exemplo.
 - b. E a que distância de sua casa?
 - c. Com que frequência?
6. Onde vai passar as férias?
 - a. Fora ou dentro do país?
 - b. Casa arrendada, de amigos ou através de agência de viagens?
 - c. Em média quantos dias por ano?
7. Onde estudam os filhos?
8. Praticam atividades extracurriculares?

9. Ocupação dos tempos livres (lazer)
 - a) O que costuma fazer?
 - b) Onde costuma ir?
 - c) Quantas vezes por semana?